PORTUGUÊS

Guia geral para **IDENTIFICAÇÃO** de

ALTOS VALORES DE CONSERVAÇÃO

Guia de boas práticas para identificar AVCs em diferentes ecossistemas e sistemas de produção

OUTUBRO DE 2013
Editado em 2018

HCV RESOURCE NETWORK

Este documento se baseia em uma série de guias de boas práticas para auditores e profissionais que utilizam o conceito de Alto Valor de Conservação (AVC). Durante os últimos anos, as definições globais de Alto Valor de Conservação foram modificadas e a abordagem de AVC foi adotada por muitas iniciativas diferentes, demandando um estudo e atualização desses guias. Este documento não pretende substituir completamente os guias existentes, mas ampliar o escopo de uso de AVC e fornecer um guia baseado em experiências práticas de campo. Nos últimos anos, tem crescido a preocupação dos membros da HCV Resource Network (HCVRN), profissionais de AVC e outras partes interessadas de que a abordagem de Alto Valor de Conservação não tem sido aplicada de forma consistente em diferentes sistemas de produção e ecossistemas. A identificação de valores dentro de uma paisagem e locais específicos deve ser baseada em uma interpretação comum das definições de AVC conforme apresentados neste documento. Este documento é destinado particularmente para avaliadores de AVC, especialmente àqueles que trabalham na ausência de interpretações nacionais, para orientar a interpretação das definições de AVC e sua aplicação, com o objetivo de fornecer algum grau de padronização no uso da abordagem de AVC.

Equipe editorial

Ellen Brown, Nigel Dudley, Anders Lindhe, Dwi R. Muhtaman, Christopher Stewart e Timothy Synnott. Os editores gostariam de agradecer as valiosas contribuições em seu conteúdo e estrutura por Robin Abell e Michael Senior. Agradecemos também a vários revisores que contribuíram com pertinentes comentários e sugestões durante a fase de elaboração. Por fim, agradecemos à Fern Lee por sua criatividade e paciência na formatação e design do documento.

Citação sugerida: Brown, E., N. Dudley, A. Lindhe, D.R. Muhtaman, C. Stewart, e T. Synnott (eds.). 2013 (Outubro). Guia geral para identificação de Altos Valores de Conservação. HCV Resource Network.

Contexto do documento

As definições de Alto Valor de Conservação (AVC) foram primeiramente introduzidas pelo Forest Stewardschip Council (FSC) em sua versão 4.0 dos Princípios e Critérios (P&C). A formalização da abordagem e o guia para a interpretação e aplicação das seis categorias de AVC foi elaborada em 2003, pelo Proforest, no que se denominou de Ferramentas Práticas para Florestas com Altos Valores de Conservação (HCVF toolkit). Em 2005, a recém criada HCV Resource Network (HCVRN) adotou uma versão simplificada das definições do HCVF toolkit e ampliou o escopo de aplicação de 'Florestas de AVC' para 'Áreas de AVC', ou seja, incluindo ecossistemas florestais e não florestais. Entre 2009 e 2011, a HCVRN e o FSC trabalharam juntos para revisar as definições de AVCs, envolvendo especialistas e partes interessadas de outros sistemas de sustentabilidade. Este processo resultou na versão 5.0 dos Princípios e Critérios do FSC, trazendo o foco aos valores em todos os ecossistemas, não somente em florestas e agora, incluindo as seis definições de AVC no texto do princípio 9 (anteriormente as definições estavam disponíveis em uma versão resumida no glossário). Para uma completa explanação da evolução das definições de AVC ver Anexo 1.

Desde o segundo semestre de 2012, o Proforest tem conduzido um processo consultivo para desenvolver um guia prático para uma interpretação comum e identificação dos AVCs, conhecido como "Guia geral para identificação de AVCs". Este documento é resultado de uma decisão da HCVRN e do FSC para desenvolver um guia geral e atualizado para a interpretação e identificação de AVC em todo o mundo, para qualquer tipo de ecossistema e para todos os setores e normas de gestão de recursos naturais. Baseia-se em documentos produzidos anteriormente pelo Proforest em 2003 e 2008[1], em uma publicação de Timothy Synott[2] (sobre trabalhos realizados em 2011 e 2012 pelo FSC em parceria com a HCVRN), e em consulta com especialistas em AVC e partes interessadas. A HCVRN incentiva o uso deste documento e ficaria grata de ouvir comentários das experiências de aplicação do guia em campo. As observações irão ajudar a melhorar as próximas versões deste guia. Por favor, envie comentários ou dúvidas para **info@hcvnetwork.org**

A HCVRN é uma rede de membros que incluem representantes de empresas produtoras, ONGs, organizações de pesquisa e consultores, auditores e outros profissionais que compartilham a missão de conservar valores críticos sociais e ambientais, como parte do manejo responsável dos recursos naturais. Estabelecida em 2005, a HCVRN é uma organização regida por um Conselho Diretor composto de ONGs sociais e ambientais, representantes do setor privado e organizações multilaterais. A HCVRN fornece serviços como documentos guia, revisões de relatórios de AVCs e treinamentos. Para maiores informações visitar **www.hcvnetwork.org**

1 *Proforest 2008 a & b*
2 *Synnott, T. et al 2012*

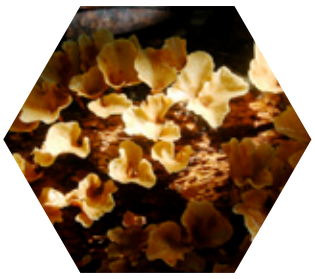
A elaboração deste manual foi conduzida pelo Proforest em nome da HCV Resource Network.

Organizações que apoiam os objetivos e estatuto da HCV Resource Network.

A produção deste documento foi financiada por WWF Suécia, WWF Internacional, Tetra Pak e Proforest.

Lista de Siglas e Abreviaturas

AISA	Avaliação de Impactos sociais e ambientais
ARP	Avaliação Rural Participativa
AVC	Alto Valor de Conservação
AZE	Alliance for Zero Extinction – Aliança para a Extinção Zero
CARPE	Central African Regional Program for the Environment - Programa Regional da África Central para Meio Ambiente
CDB	Convenção sobre Diversidade Biológica
CE	Comunidade Européia
CITES	Convenção Internacional do Comércio da Fauna e Flora em Perigo de Extinção
CR	Criticamente ameaçada (Lista Vermelha da IUCN)
EN	Ameaçada (Lista Vermelha da IUCN)
FPIC	Consentimento livre, prévio e informado.
FSC	Forest Stewardship Council
HCV	High Conservation Value - Alto Valor de Conservação (AVC)
HCVRN	High Conservation Value Resource Network Rede de Recursos de Altos Valores de Conservação
IBA	Important Bird Area - Áreas importantes para aves
IBAT	Integrated Biodiversity Assessment Tool Ferramenta Integrada para Avaliação da Biodiversidade
IFC	International Finance Corporation - Corporação Financeira Internacional
IFL	Intact Forest Landscape - Paisagem Florestal Intacta
IN AVC	Interpretação Nacional de Altos Valores de Conservação
IPA	Important Plant Area - Área de importância para plantas



IUCN	União Internacional para Conservação da Natureza
KBA	Key Biodiversity Areas - Áreas-chave para biodiversidade
Km	quilometro
ONG	Organização não governamental
PFNM	Produtos Florestais não Madeireiros
P&C	Princípios e Critérios
PS	Performance Standard - Padrão de Performance
PSC	Planejamento Sistemático da Conservação
RTE	Rare, Threatened or Endagered - Raros, ameaçados ou em perigo.
RSB	Roundtable on Sustainable Biomaterials Mesa Redonda sobre Biomateriais Sustentáveis
RSPO	Roundtable on Sustainable Palm Oil Mesa Redonda sobre Óleo de Palma Sustentável
RTRS	Roundtable on Responsible Soy – Mesa Redonda sobre Soja Responsável
SIG	Sistema Geográfico de Informação
TNC	The Nature Conservancy
UE	União Européia
UM	Unidade de Manejo
UNESCO	United Nations Educational, Scientific, and Cultural Organization Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura
VU	Vulnerável (Lista Vermelha da IUCN)
WRI	World Resources Institute
WWF	Worldwide Fund for Nature

Conteúdo

Parte I

1 Introdução 3

1.1. As Seis Categorias de Alto Valor de Conservação 3

1.2. A Abordagem de Altos Valores de Conservação 4

1.2.1. Identificação 4

1.2.2. Manejo 4

1.2.3. Monitoramento 5

1.3 Guia geral: utilizando AVC em diferentes ecossistemas e usos da terra 5

1.3.1. AVCs em diferentes ecossistemas 5

1.3.2. Diferentes usos da terra: produção de commodities 7

1.3.3. Interpretações Nacionais de AVC em diferentes países 8

2. Considerações para boas práticas na avaliação de AVC 11

2.1. Escala, intensidade e risco 11

2.2. Responsabilidade para com o estatuto da HCVRN 14

2.3. Localização e paisagem 15

2.4. Métodos e fontes de dados de AVC 16

2.4.1. Avaliação da necessidade de estudo de escopo 16

2.4.2. Filtro por escalas 16

2.5. Consulta às partes interessadas 19

2.6. Interpretação dos resultados da avaliação 20

2.6.1. Reconhecendo valores significativos 20

2.6.2. Utilizando a abordagem da precaução 21

Parte II

3. Identificação dos Seis Altos Valores de Conservação 25

3.1. AVC 1: Diversidade de espécies 25

3.1.1. Conceitos e termos chave 25

3.1.2. Indicadores e fontes de dados 27

3.1.3. Estudo de caso 29

3.2. AVC 2: Ecossistemas e mosaicos no nível da paisagem, e Paisagens Florestais Intactas 30

3.2.1. Conceitos e termos chave 30

3.2.2. Indicadores e fontes de dados 31

3.2.3. Estudo de caso 33

3.3. AVC 3: Ecossistemas e hábitats 34

3.3.1. Conceitos e termos chave 34

3.3.2. Indicadores e fontes de dados 35

3.3.3. Estudo de caso 36

3.4. AVC 4: Serviços Ecossistêmicos 37

3.4.1. Conceitos e termos chave 37

3.4.2. Indicadores e fontes de dados 40

3.4.3. Estudo de caso 41

3.5. AVC 5: Necessidades das comunidades 42

3.5.1. Conceitos e termos chave 42

3.5.2. Indicadores e fontes de dados 44

3.5.3. Estudo de caso 47

3.6. AVC 6: Valores Culturais 48

3.6.1. Conceitos e termos chave 48

3.6.2. Indicadores e fontes de dados 49

3.6.3. Estudo de caso 51

4. Preparação do Relatório de Avaliação de AVC 53

5. Referências 55

Anexos

1. Evolução das definições de AVC 56

2. AVCs em campos naturais 58

3. AVCs em sistemas de água doce 60

4. Créditos das imagens 63

Como utilizar este documento

Este documento é destinado primeiramente para avaliadores[3] de AVC, gestores de recursos e auditores. Constitui um guia na interpretação de definições de AVC e na sua identificação na prática, para alcançar uma padronização no uso da abordagem de AVC. O documento pode também auxiliar desenvolvedores de Interpretações Nacionais de AVC, disponibilizando uma referência para adaptar definições, fontes de dados e exemplos em contextos nacionais. É também útil para partes interessadas que desejam avaliar ou criticar avaliações de AVC como parte do processo de consulta ou para a boa governança de um sistema de certificação.

Não é um documento obrigatório, mas sim um guia para "boas práticas", o qual deve ser seguido de acordo com diferentes critérios, incluindo: escala, intensidade e risco do projeto[4], orçamento e capacidade técnica, etc. Para maiores detalhes sobre os requisitos relacionados aos AVCs, deve-se consultar os sistemas de certificação relevantes.

A **Parte I** fornece o contexto para o qual a abordagem de AVC deve ser utilizada, incluindo conselhos sobre avaliação de AVC. Uma avaliação de AVC de boa qualidade deve interpretar os resultados utilizando a abordagem da precaução (ver 2.6.2), consulta de qualidade às partes interessadas (ver 2.5), levando em consideração o nível amplo da paisagem (ver 2.3) e a escala, intensidade e risco do projeto de desenvolvimento proposto (ver 2.1). Durante a interpretação dos resultados é necessário compreender o conceito de significância (ver 2.6). A **Parte II** fornece definições detalhadas e orientações na interpretação e identificação das seis categorias de AVC. A parte II inclui potenciais fontes de dados e indicadores para AVCs e ainda estudos de caso ilustrados e exemplos para cada categoria de AVC.

3 O termo "avaliador" é utilizado em todo o documento, mas pode referir-se genericamente à pessoa ou equipe que interpreta as definições de AVC e identifica AVC na prática. Portanto, avaliador pode referir-se a pessoa ou equipe que realiza uma avaliação ou auditoria de AVC - o qual pode ser um organismo independente, a empresa ou organização, ou um auditor.

4 Ver seção 2.1

Como utilizar o documento

Varias cajas a lo largo del documento ofrecen diferentes tipos de información, desde definiciones, hasta consejos sobre mejores prácticas, así como otros temas de interés además de la identificación de AVC.

Este tipo de quadro é utilizado para as definições oficiais de cada um dos AVCs e outras definições.

3.2 AVC 2: Ecosistemas y mosaicos a escala de paisaje

Ecosistemas y mosaicos de ecosistemas de gran tamaño a escala de paisaje e importantes a escala global, regional o nacional, y que contienen poblaciones viables de la gran mayoría de las especies presentes de manera natural bajo patrones naturales de distribución y abundancia.

3.2.1 | Términos y conceptos clave

La categoría de AVC 2 incluye ecosistemas y mosaicos de ecosistemas lo suficientemente grandes y relativamente no perturbados como para albergar poblaciones viables de la gran mayoría de las especies presentes de manera natural e (implícitamente) la gran mayoría de otros valores medioambientales que ocurren en esos ecosistemas.

Ecosistemas y mosaicos de ecosistemas de gran tamaño a escala de paisaje

En principio, el tamaño umbral para AVC 2 debería estar relacionado con la superficie necesaria para mantener poblaciones viables, sobre todo de especies grandes o que necesitan mucho espacio. Se ha venido utilizando frecuentemente un umbral de superficie de 500 km2 (50 000 ha) como valor de referencia, pero éste debe ser determinado por las interpretaciones nacionales de AVC o consultas con expertos. En Sudáfrica, por ejemplo, se utilizan valores de 5 000 - 10 000 hectáreas para la definición de "grande". Los umbrales de superficie más pequeños pueden ser también apropiados en regiones que han experimentado una importante fragmentación y degradación de hábitats y ecosistemas.

Poblaciones viables de la gran mayoría de especies

La mayoría de los grandes paisajes que durante varias décadas no se hayan visto afectados por la roturación, talas intensivas, intensificación de la gestión de pesticidas, sobreexplotación cinegética, construcción de presas o el encauzamiento de vías navegables, el predominio de las especies domesticadas o invasoras u otras grandes perturbaciones antropogénicas, probablemente contienen poblaciones viables de la gran mayoría de las especies presentes de manera natural. Para poder ser designadas como AVC 2, no es necesario que la totalidad del área esté sin perturbar o virgen. Algunas especies pueden estar localmente extintas o desaparecidas, especialmente las especies vulnerables, o las que son cazadas o taladas selectivamente. El estatus de AVC 2 aplica incluso cuando las pocas especies desaparecidas incluyan especies grandes, clave (keystone) o emblemáticas, sobre todo si hay una posibilidad razonable de su restablecimiento futuro. Los AVC 2 incluyen a menudo ecosistemas que contienen subpoblaciones importantes de especies que deambulan en un amplio territorio (p. ej. glotón, tigre, elefante), aunque las subpoblaciones en sí no sean viables a largo plazo.

Caja 10: La gran mayoría de las especies: significado del propósito de la definición

Una interpretación literal y científica de la definición de AVC 2 reconoce que la gran mayoría de las especies son organismos como insectos, plantas y hongos, algunos de los cuales serían viables incluso dentro de áreas bastante pequeñas. Hay que reconocer (disculpas a los escarabajos) que los esfuerzos de conservación a menudo están enfocados en especies más grandes y carismáticas, particularmente mamíferos y aves –en parte debido a que han sido más estudiadas. La categoría de AVC 2 fue diseñada para dar cierta protección explícita a los bosques grandes y relativamente intactos (valiosos por sí mismos, ya que están en declive constante), y también por el bien de las especies que requieren grandes áreas de bosque natural para mantenerse. El propósito es que los grandes paisajes deben ser protegidos por su propio valor intrínseco y el de las poblaciones viables de las especies que dependen de ellos.

Patrones naturales de distribución y abundancia

Este elemento de la definición es un reconocimiento de que los ecosistemas relativamente intactos, en los que los procesos y funciones ecológicas (p. ej. los regímenes de perturbaciones naturales, la distribución y abundancia de especies) han sido poco afectados parcial o totalmente por las actividades humanas, tienen una importancia especial. La clave aquí es mantener no sólo la extensión de los ecosistemas y las poblaciones viables de las especies, sino también amplios territorios por los que tienden a moverse y sus patrones de abundancia. No es necesario medir o estimar con precisión la distribución y abundancia de las especies o poblaciones. Sin embargo, un ecosistema de gran tamaño no puede calificar como AVC 2 si ha perdido muchas de las especies típicas de este tipo de ecosistema en su estado natural, o ha sido tan fuertemente perturbado que hay razones para creer que la distribución espacial de las especies y su abundancia y regeneración relativas han sido alteradas de manera grave y permanente. La categoría de AVC 2 no incluye los ecosistemas artificiales, las conversiones, los fuertemente degradados o fragmentados, o los ampliamente modificados por la actividad humana, refiriéndose aquí especialmente a la roturación de tierras y la agricultura. La categoría de AVC 2 también queda descartada en ecosistemas de gran tamaño con riesgos tales como la dominancia o la presencia significativa de especies invasoras, poblaciones con distribuciones alteradas de sus clases de edad o tamaño, o una pérdida de procesos ecosistémicos importantes (p. ej. vacería de frutos, o la dispersión de especies clave).

The following would qualify as HCV 2:

- Áreas grandes (p. ej. podrían ser superiores a 50 000 ha, pero esto no es una regla) que se encuentren relativamente lejos de asentamientos humanos, carreteras u otros accesos. Sobre todo si se encuentran entre las mayores áreas de un país o región en particular.
- Áreas más pequeñas que proporcionan funciones de paisaje claves como la conectividad y el amortiguamiento (p. ej. la zona de amortiguamiento de un área protegida o de un corredor que una áreas protegidas o un hábitat de alta calidad). Estas áreas más pequeñas se considerarán AVC 2 sólo cuando jueguen un papel en el mantenimiento de áreas más grandes dentro de un paisaje más amplio.
- Áreas grandes más naturales e intactas que la mayoría de áreas similares y que proporcionan un hábitat a depredadores o especies con necesidad de un amplio territorio.

3.2.2 | Indicadores y fuentes de datos

Indicadores

Paisajes de conservación

En algunos casos, algunas áreas ya han sido reconocidas como paisajes de alto valor (p. ej. sitios Ramsar, paisajes del Programa Regional de África Central para el Medio Ambiente (CARPE), Paisajes de bosque intactos, Áreas valiosas de pesticidas, Paisajes prioritarios para la conservación del tigre). Estas denominaciones dan prioridad a los diferentes beneficios proporcionados por los ecosistemas grandes y relativamente no perturbados, como la protección de especies, reciclaje de nutrientes y agua, almacenamiento de carbono, o valores culturales. Las denominaciones existentes a escala de paisaje son un buen punto de partida, durante una revisión de gabinete inicial, para estudiar si pudiera haber AVC 2.

Este tipo de quadro é utilizado para indicar exemplos e outras questões de interesse.

Este tipo de quadro é utilizado para indicar informações ou dados importantes.

A Parte I fornece o contexto sobre como a abordagem de AVC deve ser utilizada, incluindo orientações para avaliações de AVC. Uma avaliação de AVC de boa qualidade deve interpretar os resultados utilizando a abordagem da precaução (ver 2.6.2), consultas de qualidade a partes interessadas (ver 2.5), levando em consideração o nível amplo da paisagem (ver 2.3) e a escala, intensidade e risco do projeto de desenvolvimento proposto (ver 2.1).

Parte I

1 Introdução 3

1.1. As Seis Categorias de Alto Valor de Conservação 3

1.2. A Abordagem de Altos Valores de Conservação 4

1.2.1. Identificação 4

1.2.2. Manejo 4

1.2.3. Monitoramento 5

1.3 Guia geral: utilizando AVC em diferentes ecossistemas e usos da terra 5

1.3.1. AVCs em diferentes ecossistemas 5

1.3.2. Diferentes usos da terra: produção de commodities 7

1.3.3. Interpretações Nacionais de AVC em diferentes países 8

2. Considerações para boas práticas na avaliação de AVC 11

2.1. Escala, intensidade e risco 11

2.2. Responsabilidade para com o estatuto da HCVRN 14

2.3. Localização e paisagem 15

2.4. Métodos e fontes de dados de AVC 16

2.4.1. Avaliação da necessidade de estudo de escopo 16

2.4.2. Filtro por escalas 16

2.5. Consulta às partes interessadas 19

2.6. Interpretação dos resultados da avaliação 20

2.6.1. Reconhecendo valores significativos 20

2.6.2. Utilizando a abordagem da precaução 21

A Seção 1 apresenta as seis definições de AVCs e fornece uma visão geral da abordagem dos AVCs. Esta seção trata de como a abordagem de AVC pode ser aplicada em diferentes ecossistemas, sistemas de produção e diferentes regiões geográficas.
Além disto, fornece informações gerais de como a abordagem de AVC pode ser adaptada para utilização em diferentes ecossistemas, particularmente, florestas, campos naturais e sistemas de água doce. Em seguida, trata de como alguns dos sistemas de certificação mais comuns estão inserindo a abordagem de AVC e, por fim, como as definições de AVCs podem ser adaptadas nacionalmente através das Interpretações Nacionais.

1 Introdução

Desde que o conceito de Alto Valor de Conservação foi desenvolvido pela primeira vez pelo Forest Stewardship Council (FSC), ele tem se mostrado útil na identificação e manejo de valores ambientais e sociais em paisagens produtivas. Hoje, o conceito de AVC é amplamente utilizado em padrões de certificação (florestais, agrícolas e aquáticos) e de forma mais geral para o planejamento de uso e conservação de recursos naturais. Nos últimos anos, tem crescido a preocupação entre membros da HCVRN, profissionais de AVC e outras partes interessadas, de que a abordagem não tem sido aplicada de forma consistente entre diferentes setores de recursos naturais e regiões geográficas. A identificação de valores dentro de uma unidade específica de manejo ou paisagem deve ser baseada em uma **interpretação comum das definições de AVC**. Definições globais de AVC foram recentemente alteradas como parte da revisão dos Princípios e Critérios do FSC (2012) e a abordagem de AVC tem sido cada vez mais adotada por diversas iniciativas; então, é útil realizar um balanço dos guias existentes e fornecer uma atualização. Este documento não tem a intenção de substituir os documentos guia existentes, mas sim, ampliar o escopo do uso de AVC para outros ecossistemas e fornecer um guia sobre as definições atualizadas de AVC, assim como exemplos práticos de experiência em campo.

1.1 Os Seis Altos Valores de Conservação

Um Alto Valor de Conservação é um valor biológico, ecológico, social ou cultural de importância excepcional ou crítica. As seis categorias de AVCs são[5]:

Quadro 1: Os Seis Alto Valores de Conservação

AVC 2: Ecossitemas e mosaicos em nível de paisagem, e Paisagens Florestais Intactas
Ecossistemas e mosaicos de ecossistemas extensos, em nível de paisagem, e Paisagens Florestais Intactas significativos em nível global, regional ou nacional, contendo populações viáveis da grande maioria das espécies de ocorrência natural em padrões naturais de distribuição e abundância.

AVC 1 Diversidade de espécies
Concentrações de diversidade biológica incluindo espécies endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo de extinção, significativas em nível global, regional ou nacional.

AVC 3: Ecossistemas e hábitats
Ecossistemas, hábitats ou refúgios de biodiversidade raros, ameaçados ou em perigo de extinção.

AVC 6: Valores culturais
Áreas, recursos, hábitats e paisagens de especial significado cultural, arqueológico ou histórico em nível global ou nacional, e/ou de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa crítica para a cultura tradicional de comunidades locais, populações indígenas ou populações tradicionais, identificadas em cooperação com estas comunidades ou populações.

AVC 4: Serviços ecossistêmicos
Serviços ecossistêmicos básicos em situações críticas, incluindo proteção de mananciais e controle de erosão em solos vulneráveis e vertentes.

AVC 5: Necessidades das comunidades
Áreas e recursos fundamentais para atender necessidades básicas de comunidades locais, populações indígenas ou populações tradicionais (subsistência, alimentação, água, saúde, etc.), identificadas em cooperação com estas comunidades ou populações.

5 *A HCVRN adere às definições de AVC como detalhadas no Padrão FSC versão 5.0 (2012). Ver o anexo 1 para maiores detalhes sobre como as definições de AVC foram atualizadas.*

As seis categorias de AVCs foram aplicadas principalmente para práticas de produção terrestre, como a florestal e agrícola. Estes setores são o foco principal deste documento, mas o guia é aplicável para outros setores (e.g.: aquicultura e sistemas marinhos).

1.2. A abordagem de Altos Valores de Conservação

O FSC desenvolveu o conceito de AVC como parte de seu Padrão (Princípio 9) para assegurar a manutenção de valores sociais e ambientais significativos ou críticos no contexto da certificação florestal. Desde sua origem no setor florestal, o conceito de AVC foi adotado por outros sistemas de certificação e por outras organizações e instituições que tem por objetivo manter e/ou ampliar valores ambientais e sociais significativos e críticos como parte do manejo responsável. Os AVCs demandam um grau maior de proteção[6] para assegurar sua manutenção em longo prazo, particularmente se eles podem ser negativamente impactados por práticas realizadas na exploração florestal, em plantios agrícolas ou em outros sistemas de produção. Isto implica em um esforço maior para **identificá-los**, através de avaliações e consultas mais intensivas a partes interessadas, através de maior atenção na decisão e na implementação apropriada das medidas de **manejo**, e através do **monitoramento** desta implementação e da efetividade das medidas tomadas[7].

1.2.1.| Identificação

A identificação consiste na interpretação das seis definições dos AVC em um contexto local ou nacional e na decisão de quais AVCs estão presentes na área de interesse (ex.: em uma Unidade de Manejo, plantação, concessão, etc) ou quais AVCs, em uma escala ampla da paisagem, podem ser negativamente impactados pelas atividades do projeto (ex.: impactos na água ou em áreas úmidas podem ocorrer além da Unidade de Manejo ou dos limites do plantio). Isto é realizado através de uma avaliação de AVC que consiste em consulta a partes interessadas, em uma análise das informações existentes e na coleta de informações adicionais quando necessário. A avaliação de AVC deve resultar em um relatório claro da presença ou ausência de valores, localização, status e condição; e na medida do possível, deve fornecer informações sobre hábitats, recursos essenciais e área críticas que mantém estes valores. Estas informações constituem a base pela qual serão desenvolvidas as recomendações para o manejo dos valores identificados, com a finalidade de assegurar que os AVCs são mantidos e/ou ampliados.

1.2.2 | Manejo

As Áreas de Manejo de AVC são áreas em um local, Unidade de Manejo ou paisagem para os quais decisões apropriadas de manejo devem ser tomadas e implementadas para manter ou ampliar um AVC. Para o mapeamento e planejamento, é necessária a distinção da localização do AVC, a qual pode ser diminuta (pequena) e por vezes confidencial (e.g. colônias de reprodução de morcegos raros ou árvores sagradas); e da Área de Manejo, onde decisões e ações apropriadas são necessárias, às vezes em grandes áreas (ver Quadro 2). O planejamento do manejo para AVCs deve incluir uma investigação das ameaças atuais e potenciais (ex.: ameaças das atividades de manejo propostas, tais como operações de exploração de madeira ou estabelecimento de plantações, ou atividades externas como caça, corte ilegal de árvores ou construção de uma nova estrada ou barragem), e estabelecimento de requisitos de manejo. Isto pode incluir a delimitação de áreas que necessitam de total proteção e a identificação de áreas que podem ser utilizadas para produção, desde que o manejo seja consistente com a manutenção ou ampliação dos AVCs (e.g. controles para a caça ilegal ou planos de prevenção de incêndios).

6 *Proteção, neste sentido, não proíbe a utilização ou atividades produtivas. A proteção ou manutenção do valor é o que tem importância.*
7 *Este documento trata da primeira parte da abordagem de AVC: identificação (ver Parte II). Orientações para o manejo e monitoramento de AVC serão fornecidas em um documento subsequente.*

Quadro 2: Exemplo de uma Área de Manejo de AVC

Na Costa Rica, agregados de Alemandro (Dipteryx panamensis) são os locais preferidos de nidificação e alimentação da espécie Arara verde (Ara ambiguus), espécie em perigo de extinção. As aves reprodutoras são atribuídas como AVC 2, e agregados de árvores são identificados como essenciais para a manutenção das aves. A decisão do manejo apropriado pode incluir uma série de controles abrangendo diferentes Áreas de Manejo de AVC, por exemplo:

- Em um raio de 100 m do agregado de árvores: proibida a entrada de pessoas ou a coleta de produtos florestais não madeireiros (PFNM) durante a estação de nidificação.
- Em um raio de 500 m do agregado: a exploração florestal e a construção de estradas são proibidas.
- Em toda a Unidade de Manejo: a captura destas aves é proibida.

1.2.3.| Monitoramento

Um sistema de monitoramento deve ser estabelecido para assegurar que as práticas de manejo mantêm e/ou melhoram efetivamente os AVCs com o passar do tempo. O sistema de monitoramento precisa traduzir os objetivos estratégicos de manejo em objetivos operacionais. Para estes objetivos operacionais, devem ser escolhidos indicadores apropriados para avaliar o status dos AVCs e limiares para tomada de ações para assegurar que os AVCs são mantidos ou melhorados. Indicadores e limiares para ações são provavelmente específicos para cada local e/ou país. Este documento tem foco na identificação, porém, um guia geral para Manejo e Monitoramento de AVC está previsto para o início de 2014 e estará disponível no site da HCVRN.

1.3. Guia geral: a aplicação do conceito de AVC em diferentes ecossistemas e tipos de uso do solo.

Este documento tem como objetivo fornecer orientações gerais para a identificação de AVCs, as quais podem ser aplicadas em diferentes ecossistemas, diferentes sistemas de produção (com foco em floresta e agricultura) e em diferentes regiões geográficas. As seções seguintes explicam como AVCs são relevantes em diferentes ecossistemas, como o conceito de AVC é utilizado em sistemas de produção e, como interpretações nacionais de AVC são úteis para adaptação das definições gerais ao contexto de cada país.

1.3.1. | AVCs em diferentes ecossistemas

Em florestas com manejo responsável (ex.: concessões para exploração/colheita florestal), as áreas que mantém AVCs continuarão provavelmente circundadas por uma cobertura florestal contínua ou florestas em vários estágios de sucessão. No entanto, há uma crescente demanda por avaliações de AVC em campos naturais e outros ecossistemas, tanto para manejo dos impactos de plantios agrícolas e plantações florestais existentes como para o planejamento responsável da expansão de plantações (ex.: na certificação RSPO de óleo de palma). Neste contexto, o processo de AVC é utilizado como uma salvaguarda contra a destruição de valores críticos que poderiam ocorrer, através da conversão da vegetação natural para plantações florestais ou agrícolas. Não importa o setor, uma avaliação de AVC deve considerar todos os ecossistemas – terrestres e aquáticos – que ocorrem dentro da unidade produtiva e dentro da área de influência mais ampla. Este documento fornece exemplos e orientações para os principais tipos de ecossistemas, como florestas, campos naturais e ecossistemas de água doce.

Florestas e Mosaicos de Florestas

As florestas foram o contexto inicial para o desenvolvimento do conceito de AVC. Todas as florestas são valiosas, no entanto, algumas são mais valiosas que outras. Para tornar este conceito operacional, foi necessário definir valores excepcionais ou importantes da floresta. Embora a qualidade e consistência das avaliações de AVC, das auditorias e do manejo possam variar, a escala de aplicação do conceito é impressionante e importante para o manejo florestal responsável. Em Outubro de 2013, eram 183.068.328 ha de florestas certificadas pelo FSC em 80 países8. As florestas abrigam biodiversidade, fornecendo hábitat e serviços ecossistêmicos. Milhões de pessoas no mundo dependem das florestas para suas necessidades básicas. No setor florestal, o conceito de AVC é utilizado para identificar áreas que devem ser protegidas ou áreas onde práticas especiais de manejo serão necessárias. Da mesma forma, nas plantações agrícolas, a identificação de AVCs pode ajudar a proteger florestas de alto valor que abrigam espécies importantes e que fornecem serviços ecossistêmicos. Em um cenário agrícola, as áreas florestais com Alto Valor de Conservação seriam mantidas e protegidas de conversão. Em alguns casos, onde florestas fornecem necessidades básicas ou de subsistência para comunidades locais, estas somente poderiam ser convertidas se o acesso fosse negociado através de um rigoroso processo de FPIC (consentimento livre, prévio e informado – ver Quadro 13).

Campos naturais

O ritmo pelo qual áreas de campos naturais9 estão sendo convertidas em plantios, particularmente para produção de soja, óleo de palma e celulose, acelerou um aumento de interesse pelo conceito de AVC como um meio de identificar os mais importantes hábitats dos campos naturais. A existência de sistemas de certificação para estas indústrias e a natureza integrada do mercado significa que algumas empresas envolvidas em debates sobre plantações agrícolas e de biocombustíveis já estão familiarizadas com o conceito de AVC através de operações florestais ou discussões na RSPO. A legislação da União Europeia que tem por objetivo promover a sustentabilidade na produção de biocombustíveis e explicitamente proteger os valores de campos naturais (ver Bower et al. 2010), está fornecendo uma motivação complementar. A abordagem de AVC permite uma análise mais detalhada do ecossistema que uma simples distinção entre pastagens nativas e não nativas, a qual é frequentemente utilizada atualmente.

Água doce

Sistemas de água doce são relevantes em todos os sistemas de produção terrestres. O desenvolvimento de algumas áreas agrícolas e plantações dependem de irrigação, da água superficial ou subterrânea. Mesmo em situações onde não há irrigação, existe a possibilidade de impactos no sistema de água doce devido a mudanças na qualidade, quantidade da água e em outros atributos do hábitat (ex.: perda de vegetação ripária valiosa como fonte de sombra e de matéria orgânica, a fragmentação de sistemas pela construção de estradas, a captação de água para outras práticas produtivas, além da irrigação). Mesmo em sistemas de produção de base terrestre, o potencial de afetar os sistemas conectados de água doce requer que estes sistemas sejam incluídos dentro de avaliações de AVC. Isto exigirá uma avaliação dos potenciais AVCs para qualquer sistema de água doce que possa ser afetado pela produção, estejam ou não ocorrendo dentro da unidade produtiva. É importante que, para qualquer avaliação de AVC em sistemas de água doce, a região de avaliação (ou o escopo hidro-geográfico) deve ser definida antes da identificação de AVCs ou das áreas requeridas para sua manutenção. Isto pode ser obtido através do estudo de escopo (ver 2.4.1.).

8 *https://ic.fsc.org/facts-figures.19.htm*

9 *O termo "campos naturais" é utilizado aqui para significar uma ampla variedade de sistemas não florestados, dentre os quais podem ser incluídos várzeas, brejos, tundra e terras áridas. Nota da tradução: o termo 'grassland' foi aqui traduzido como campos naturais. Há outros possíveis termos em português como: pradarias, prado, pastagens naturais, campos, chaco ou mesmo pastagens. Refere-se a uma extensa área, em geral plana e coberta naturalmente por gramíneas. No Brasil, as áreas mais importantes são os pampas gaúchos, os chacos do Bioma Pantanal, as estepes do cerrado e algumas áreas de campos naturais ou campinas de areia da Amazônia. Geralmente este termo é traduzido somente como pastagens. Nós preferimos usar aqui campos naturais por ser mais amplo e para evitar a associação direta com pastagens utilizadas para gado.*

1.3.2 | Diferentes usos da terra: produção de commodities

Sistemas de certificação

Este documento de orientação é aplicável para todos os sistemas de certificação, no entanto, avaliadores de AVC devem consultar cada padrão para os requisitos do relatório de AVC e credenciais de avaliadores. A tabela 1 mostra onde AVCs estão presentes nos padrões de certificação e outros princípios de apoio, os quais complementam os AVCs ou fornecem salvaguardas adicionais relacionadas aos valores ambientais e sociais.

TABELA 1: AVC EM DIFERENTES PADRÕES DE CERTIFICAÇÃO DE PRODUÇÃO

PADRÃO DE CERTIFICAÇÃO	USO EXPLÍCITO DE "AVC"	PRINCÍPIOS DE APOIO
FSC™	• **Princípio 9** Altos Valores de Conservação.	• **Princípio 3** Direitos dos povos indígenas. • **Princípio 4** Relações comunitárias. • **Princípio 6** Impacto ambiental.
RSPO	• **Princípio 5** Responsabilidade ambiental e conservação de recursos naturais e biodiversidade. • **Princípio 7** Desenvolvimento responsável de novas plantações (respeitando direitos de populações locais e conservando florestas primárias e terrenos turfosos).	• **Princípio 1** Compromisso com a transparência. • **Princípio 2** Aquisição justa de terras. • **Princípio 6** Consideração responsável de trabalhadores, indivíduos e comunidades afetadas pelas plantações e usinas de processamento.
Bonsucro	• **Princípio 4** Manejar ativamente a biodiversidade e os serviços ecossistêmicos. • **Princípio 5** Melhoria contínua em todas as áreas chave do negócio.	• **Princípio 1** Cumprimento às leis. • **Princípio 3** Eficiência no manejo, na produção e no processamento para melhorar a sustentabilidade.
RTRS	• **Princípio 4** Responsabilidade ambiental.	• **Princípio 3** Relações responsáveis com a comunidade. • **Princípio 5** Boas práticas agrícolas.

***Tabela 1:** AVC em diferentes sistemas de certificação de produção. Esta tabela fornece exemplos de alguns dos mais importantes padrões de certificação que utilizam o conceito de AVC. Além dos princípios que explicitamente usam o termo AVC, outros princípios em cada padrão normalmente complementam e reforçam a importância de valores sociais e ambientais. A intenção é mostrar que nem todos os locais e recursos valiosos são necessariamente AVCs, mas devem ser manejados de maneira responsável ou protegidos em conformidade com o padrão como um todo.*

Quadro 3: AVCs e pequenos produtores

Estas orientações destinam-se principalmente a grandes produtores, os quais estão procurando obter ou manter a certificação para uma série de produtos (incluindo madeira, óleo de palma, soja, açúcar). No entanto, deve-se reconhecer que empresas frequentemente adquirem madeira e produtos alimentícios provenientes de pequenos produtores, e pequenos produtores podem buscar sua própria certificação, normalmente como parte de uma cooperativa ou em sistemas de certificação de grupos. Pequenos produtores não tem acesso ao mesmo nível de conhecimento técnico e recursos financeiros que as grandes empresas e, portanto, algumas orientações neste documento estarão fora do alcance de muitos pequenos produtores. Algumas orientações para pequenos produtores já estão disponíveis para determinados setores (ex.: setor florestal) e estão sendo desenvolvidas para outros (ex.: setor de óleo de palma). Esta é uma área na qual a HCVRN planeja aprofundar-se em um futuro próximo e adicionar uma seção em seu website de orientações sobre AVC para pequenos produtores.

Investidores e empresas

Além dos padrões de produção mencionados acima, instituições financeiras, incluindo bancos comerciais (ex.: HSBC) e bancos de desenvolvimento conceberam políticas que incluem boas práticas ambientais e sociais[11]. Algumas instituições incluem AVCs em suas políticas, mas mesmo que não as incluam, podem utilizar princípios complementares. Por exemplo, um dos conjuntos de princípios de boas práticas amplamente utilizados vem da Corporação Financeira Internacional (IFC). Os Padrões de Desempenho IFC (IFC PS, pela sigla em inglês) cobre uma série de tópicos de importância ambiental e social para investidores. Os IFC OS são utilizados, implicitamente ou explicitamente, por vários bancos nacionais de desenvolvimento e bancos comerciais. Embora os IFC PS não tenham referência explícita a AVCs, muitos dos padrões de desempenho são transversais ou têm intenção complementar aos AVCs[12].

Por exemplo:

- Padrão de Desempenho 5: Aquisição de terras e reassentamentos involuntários
- Padrão de Desempenho 6: Conservação da Biodiversidade e Manejo Sustentável de Recursos Naturais de Subsitência.
- Padrão de Desempenho 8: Patrimônio Cultural

Empresas que recebem fundos de instituições financeiras necessitam cumprir orientações ambientais e sociais. Em outras palavras, a presença de AVCs afeta as opções de desenvolvimento e o manejo necessário para empresas que produzem, fornecem ou comercializam commodities. Além da questão do acesso a financiamento, empresas estão preocupadas com AVCs por razões relacionadas à sua reputação. Cada vez mais, empresas do setor privado estão incluindo avaliações de AVC em suas atividades de diligência e em seus sistemas de gestão social e ambiental.

1.3.3. Diferentes países: Interpretações Nacionais de AVC

Interpretações Nacionais de AVC (IN AVC) são documentos que adaptam as definições gerais das seis categorias de AVC para o contexto do país. IN AVC são importantes por duas razões. Primeiro, os valores genéricos incluem termos como significativo, crítico e concentração, os quais necessitam ser qualificados de acordo com o contexto local. Segundo, porque o manejo apropriado do AVC depende do nível da ameaça para o valor, o qual pode variar drasticamente entre países. Por exemplo: a maneira como o AVC 2 é compreendido e

11 *Ver http://www.hcvnetwork.org/about-hcvf/hcv-in-natural-resource-certification#the-hcv-approach-in-2*
12 *Ver http://www.ifc.org/wps/wcm/connect/735f0a0049800a4eaa13fa336b93d75f/Phase3_QCR-PS6.pdf?MOD=AJPERES*

aplicado para florestas será diferente no Canada (onde o país mantém grandes extensões de florestas intactas) da maneira como será tratada em Gana (onde há somente pequenos fragmentos florestais remanescentes, nenhum deles sem intervenções). A maioria das interpretações nacionais atuais tem seu foco em florestas.

O processo de elaboração da Interpretação Nacional é também uma maneira útil de criar consenso sobre como entender e aplicar cada uma das seis categorias de valores. Isto permite maior consistência no uso do conceito no país. Para orientações de processos de interpretação nacional ver *http://www.hcvnetwork.org/resources/global-hcv-toolkits/hcvf-toolkit-part-2-final.pdf* e para exemplos de diferentes intepretações nacionais ver *http://www.hcvnetwork.org/resources/global-hcv-toolkits.*

A qualidade da IN AVC dependerá da disponibilidade de dados (de biodiversidade, ecologia, sócio-cultural), a capacidade dos participantes para definir valores e limites, e o número de consultas e testes de campo realizadas para refinar o que significam os AVCs em um contexto local e nacional.

Quadro 4: Países que possuem Intepretações Nacionais de AVC (incluindo versões em consulta)

- Bolívia
- Bósnia – Herzegovina
- Bulgária
- Canadá
- Camarões (parcialmente desenvolvido)
- Chile
- China (Nordeste)
- República Democrática do Congo
- Equador
- Gabão
- Gana
- Indonésia
- Libéria
- Papua Nova Guiné
- Polônia
- Região do Cáucaso (Turquia – Geórgia)
- Malásia
- Moçambique
- Rússia (Noroeste e extremo Leste)
- Romênia
- Eslováquia
- Vietnã

Sempre que uma Intepretação Nacional estiver disponível para um país, deverá ser utilizada pelo avaliador como orientação, reconhecendo que IN AVC não são regras obrigatórias. Na prática, nem todas as IN AVC foram testadas em campo, não há um processo para avaliar a qualidade das INs, algumas estão obsoletas e a maioria deveria ser considerada como um documento sob constante melhoria. É, portanto, recomendável complementar as IN AVC com as orientações atualizadas e aprovadas pela HCVRN e consultas a partes interessadas. Não há regras para a frequência da realização de atualizações das IN AVC, mas é uma boa prática realizar a atualização de acordo com as mudanças das definições de AVC, com a publicação de orientações atualizadas e após a realização de uma avaliação das experiências obtidas.

IN AVC devem adotar as definições do Quadro 1 como base para as interpretações. Os AVCs não devem ser renumerados e nenhuma nova categoria de AVC deve ser adicionada. Outros valores importantes que são considerados como essenciais pelas partes interessadas devem ser enquadrados dentro das seis categorias originais de AVC. Quando IN AVC adotam subdivisões dos AVCs para maior compreensão, estas não devem introduzir novos conceitos que não diretamente relacionados às definições globais. IN AVC devem incluir discussões sobre como definir e interpretar cada valor no contexto nacional. No entanto, alguma interpretação do avaliador será sempre requerida.

A seção 2 vai além das definições de AVCs e aborda a intenção por trás delas, assim como o que os avaliadores devem considerar quando interpretam as informações e decidem sobre o que designar como AVC. Contém também orientações de boas práticas ao determinar quanta informação e consulta são necessárias. É importante compreender estes conceitos antes de conduzir uma avaliação de AVC e será também útil para redigir o relatório de AVC.

2 Considerações para melhores práticas em avaliações de AVC

Esta seção apresenta um guia de melhores práticas, especialmente em situações de risco mais elevado. Estas recomendações não são compulsórias, mas devem ajudar o responsável pelo manejo, o avaliador ou o auditor a compreender melhor as definições de AVC e como aplicar a abordagem de acordo com o contexto, escala e risco de cada projeto.

Uma avaliação de AVC é um processo pelo qual AVCs são avaliados e identificados na prática e o objetivo da avaliação de AVC deve estar claro (ex.: geralmente como parte de um processo de certificação ou em atividades de planejamento). Uma avaliação de AVC pode variar em seu escopo, duração, custo e requisitos de relatório. No entanto, o que é importante **é que a presença ou ausência de todas as seis categorias de AVCs sejam sempre avaliadas em conformidade com as definições e interpretações gerais da HCVRN.** Se um ou mais AVCs não são avaliados, deve existir uma justificativa adequada (ex: o AVC está ausente sem margem de dúvidas). Uma avaliação de AVC de boa qualidade deve considerar a escala, intensidade e risco das operações (ver 2.1), deve respeitar o estatuto da HCVRN (ver 2.2.), deve conduzir uma boa consulta a partes interessadas (ver 2.5), deve considerar o nível amplo da paisagem (ver 2.3) e interpretar os resultados utilizando uma abordagem de precaução (ver 2.6.2).

Quem conduz a avaliação de AVC?

Em alguns casos, a avaliação de AVC pode ser conduzida pela equipe de gestão da empresa. Em outros casos, um padrão pode requisitar que a avaliação de AVC seja conduzida por uma equipe independente (ex.: novas plantações para a Certificação RSPO). Os responsáveis pelo manejo podem contratar especialistas para conduzir certas atividades se a equipe interna não tem capacidade para realizá-las, se a credibilidade da avaliação pode ser melhorada por uma equipe independente, ou se é preciso envolver uma terceira parte para obter a confiança da população local. O avaliador de AVC necessita ter experiência nos ecossistemas sendo avaliados; isto reduz alguns dos riscos de uma avaliação rápida. **Qualquer avaliador externo deve sempre trabalhar com ou consultar especialistas locais e regionais onde possível.** O relatório de AVC deve detalhar a composição e qualificação da equipe de avaliação e suas especializações em valores biológicos e sociais.

2.1. Escala, intensidade e risco

Quanto maior a escala, intensidade e risco das atividades do projeto, maiores devem ser os esforços aplicados para a detecção, identificação e compreensão das características, da distribuição, da sensibilidade e da vulnerabilidade dos AVCs. O avaliador deve descrever os potenciais impactos e escala das operações propostas e assegurar que os esforços de avaliação são suficientes.

Quadro 5: Definição de escala, intensidade e risco

Escala: medida da extensão a qual as operações ou eventos afetam um valor ambiental ou social ou a unidade de manejo, no tempo e no espaço. Uma operação de baixa ou pequena escala espacial afeta somente uma pequena porção da área a cada ano; uma atividade com baixa ou pequena escala temporal ocorre apenas intercalada por intervalos longos.

Intensidade: medida da potência, gravidade ou força das operações ou outras ocorrências que afetam a natureza dos impactos da atividade.

Risco: probabilidade de um impacto negativo inaceitável surgir de alguma operação na unidade de manejo, associada a sua gravidade em termos de consequências.

Definições adaptadas do FSC V 5 (2012) glossário (ver Figura 1).

Avaliação de risco

Um sistema de avaliação de risco ambiental em florestas tropicais certificadas FSC já foi desenvolvido e um sistema similar pode ser desenvolvido para florestas temperadas, boreais plantações florestais e para valores socioeconômicos. Enquanto isso, simples checklists podem ser utilizados para indicar o nível aproximado de risco encontrado em Unidades de Manejo individuais. Os resultados podem ser utilizados pelos responsáveis pelo manejo e certificadores para justificar decisões debuscar mais ou menos informações sobre AVCs e de adotar mais ou menos medidas para mitigar os efeitos negativos do manejo. Se o risco é alto, mais informações deverão ser reunidas para ter um alto grau de confiança de que os AVCs foram plenamente identificados e com precisão. Também há a necessidade de dispor de maiores cuidados para assegurar que os AVCs terão a proteção e o manejo necessários para sua manutenção. Uma avaliação de AVC deve ocorrer antes do desenvolvimento das operações ou atividades propostas e deve sempre ser finalizada antes de qualquer corte de vegetação.

Quadro 6: Exemplo de checklist para potenciais riscos e vulnerabilidade em florestas tropicais:

- Árvores colhidas apresentam taxas de regeneração insuficientes.
- Produtos florestais não madeireiros foram superexplorados.
- Os animais que são caçados são fundamentais para dispersão de sementes de algumas árvores colhidas.
- A unidade de manejo contém espécies ameaçadas, dependentes de floresta primária e/ou floresta sem intervenção.
- A unidade de manejo contém animais que requerem amplos territórios para caçar ou reproduzir.
- A unidade de manejo contém animais que dependem de abundantes temporadas de frutificação, afetadas pelas mudanças causadas pela exploração ou tratos silviculturais.
- Alguns locais são cruciais para a reprodução, repouso, etc de espécies ameaçadas.
- Áreas designadas para conservação são ameaçadas por fogo, caça, etc.
- As florestas na região já estão fragmentadas.
- Corpos de água são passíveis de obstrução ou contaminação provenientes de resíduos ou produtos químicos.
- Solos em áreas colhidas ou desmatadas podem facilmente tornar-se saturados ou encharcados.

Para uma lista completa em florestas tropicais, ver Anexos 4, 5 e 6 do ERA, *https://sites.google.com/site/environmentalriskassessment*

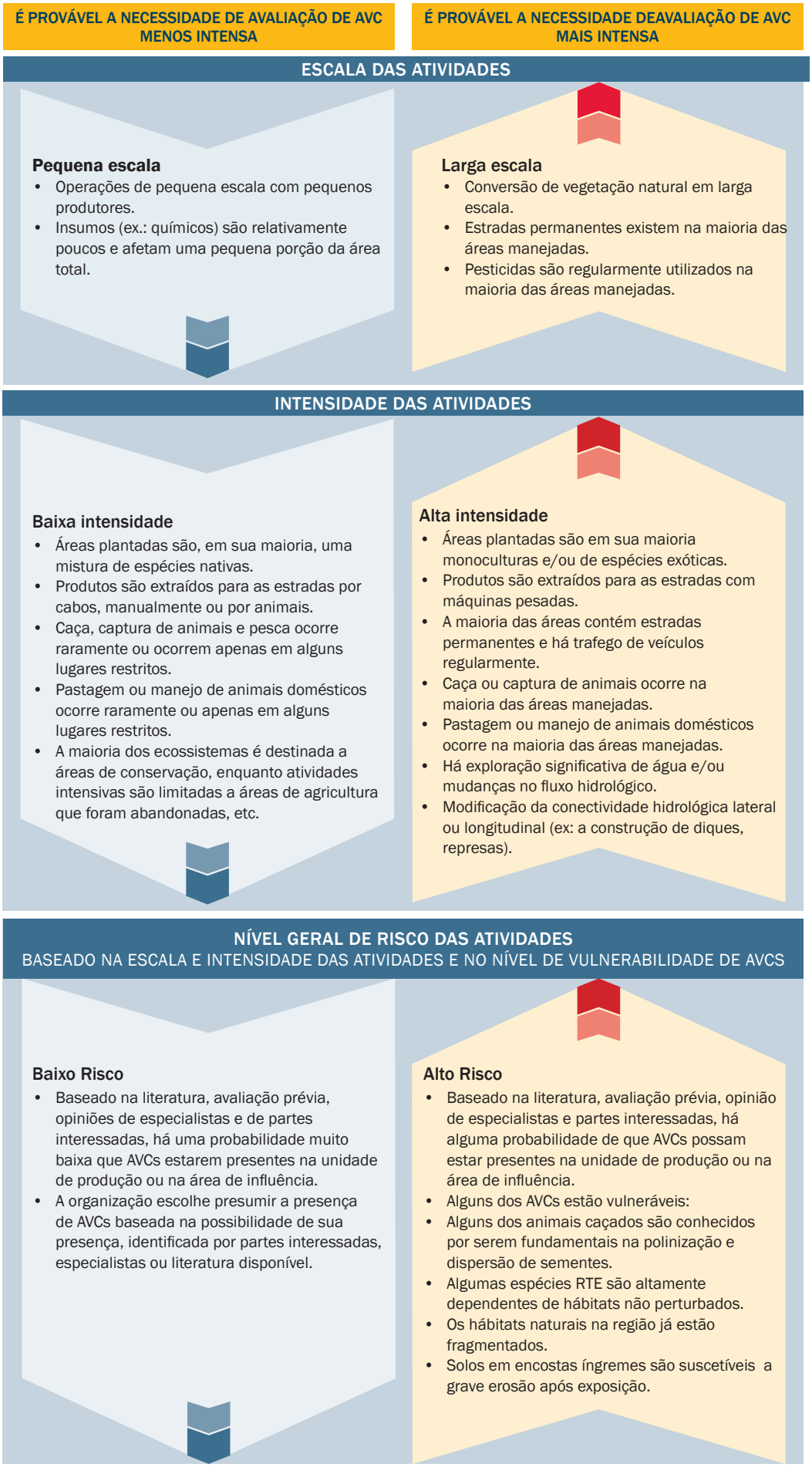


Figura 1: *Quando a escala e intensidade das atividades forem grandes ou quando no mínimo alguns dos AVCs estão especialmente vulneráveis, então os riscos aos AVCs são altos. Baseado nesta lógica, avaliações de AVC mais detalhadas e/ou medidas de proteção são necessárias para evitar impactos inaceitáveis. Estes exemplos são uma pequena seleção das mais variadas maneiras de classificar a escala e intensidade das atividades e impactos. Áreas contendo vegetação natural (espécies nativas) tem maisprobabilidade de conter AVCs de 1 a 3. Áreas ocupadas ou regularmente utilizadas pelas comunidades locais tem mais probabilidade de conter AVCs de 4 a 6.*

Quadro 7: Avaliação de Impactos Sociais e Ambientais (AISA)

Boas práticas requerem que riscos ambientais e sociais sejam identificados antes de qualquer projeto. As AISAs vão além do escopo deste documento, mas é importante ressaltar que uma das principais diferenças é que a avaliação de AVC considera a área de influência mais ampla (ver 2.3) do projeto e depende de consultas de alta qualidade a partes interessadas (ver 2.5).

Leis e regulamentos nacionais geralmente requerem uma AISA para projetos, enquanto que a avaliação de AVC é geralmente conduzida como parte de um processo de padrões voluntários. As duas podem potencialmente serem coordenadas em termos de compilação de dados. No entanto, AISAs regulamentados podem não cobrir todas as categorias de AVCs, ou fornecer a profundidade de informações necessária para estabelecer uma avaliação de AVC com credibilidade. Os resultados de estudos de AISA podem fornecer dados úteis para a avaliação de AVC.

2.2. Responsabilidade para com o Estatuto da HCVRN

O processo de AVC deve ser integrado com um manejo responsável dos recursos naturais que respeite o objetivo da abordagem de AVC e certos princípios do estatuto[13] da HCVRN como:

Legalidade

- Há a conformidade com todas as leis nacionais e locais, tratados e acordos internacionais aplicáveis. Em alguns países, muitos valores identificados na avaliação de AVC já possuem proteção através de designações de uso da terra, processos de planejamento ou outras regulamentações do governo.

Titularidade da terra, direitos costumeiros e consentimento

- O direito de uso da terra pode ser demonstrado e não é contestado legitimamente por comunidades locais com direitos demonstráveis.
- Uso ou manejo da terra não diminui os direitos legais ou costumeiros de povos indígenas, de comunidades locais ou outros usuários, sem o consentimento livre, prévio e informado (FPIC). Ver Quadro 13.
- Bom uso da terra deve incluir um planejamento econômico para o bem estar das comunidades que dependem desta terra.

Consideração dos impactos da conversão

Comparado ao manejo de ecossistemas naturais, a conversão geralmente tem um impacto mais severo e irreversível na biodiversidade, nas funções ecológicas e nos sistemas sociais. Medidas de proteção para AVCs devem, portanto, refletir a severidade do impacto. A abordagem de AVCs não exclue o desenvolvimento ou a conversão da vegetação natural (somente a descarta para aqueles valores mais críticos ou significativos). Alguns AVCs, mas não todos, podem ser mantidos mesmo com cenários de conversão através de um bom manejo e isto terá que ser decidido caso a caso. A abordagem de AVC requer que em situações onde a conversão é esperada, os responsáveis pelo manejo devem assegurar esforços adequados para identificar AVCs e a aplicação da abordagem de precaução. Caso sejam identificados valores que requerem a manutenção ou melhoria de áreas em nível local ou da paisagem, então estas áreas não devem ser convertidas para outros usos. **Ressalta-se que a simples ausência de AVCs não deve ser usada para justificar a conversão de ecossistemas naturais; outros valores ambientais e sociais podem merecer proteção.**

13 http://www.hcvnetwork.org/resource-network/the-network-charter-May-2010/charter#guiding-principles

Alguns governos podem priorizar o desenvolvimento ao manejo responsável de AVCs, no entanto, no contexto de sistemas de certificação, espera-se dos responsáveis pelo manejo que cumpram requisitos adicionais aos requeridos legalmente. Em outras palavras, mesmo se em larga escala a conversão é aceitável ou mesmo apoiada pelos governos nacionais, os responsáveis pelo manejo devem ainda assegurar que qualquer AVC nas unidades de manejo relevantes seja mantido e/ou ampliado.

2.3. Localização e paisagem

O primeiro passo na preparação de uma avaliação de AVC é ter a localização exata do projeto. Isto significa adquirir coordenadas geográficas ou mapas da área do projeto. Isto permite ao avaliador localizar a área dentro do nível mais amplo da paisagem e obter uma primeira impressão sobre:

1. Se é possível e apropriado conduzir uma avaliação de AVC.
2. Quais podem ser os principais valores ambientais e sociais, com base em pesquisa documental e consulta inicial com partes interessadas e,
3. O nível mais amplo da paisagem com relação ao projeto e algum potencial impacto para áreas protegidas, uso local de recursos pelas comunidades, etc.

O local do projeto apresenta sério risco para AVCs?

Dependendo do país, as concessões florestais ou agrícolas podem ser alocadas com níveis variados de coordenação no planejamento do uso da terra e no processo de diligência. O que isto significa na prática é que alguns governos podem alocar concessões que, dependendo da atividade produtiva, podem ameaçar seriamente a biodiversidade, habitats e comunidades locais. Uma das responsabilidades do avaliador de AVC é respeitar os princípios da HCVRN relativos à legalidade e as questões fundiárias e de conversão. Nessa primeira etapa, se está claramente indicado nos mapas, na pesquisa documental e consulta a partes interessadas, que uma área é inapropriada para desenvolvimento (ex.: novo projeto é proposto dentro ou adjacente a uma área de grande biodiversidade, uma área com alto endemismo, ou pode contribuir para a fragmentação de uma grande área contígua de um ecossistema natural, etc) o avaliador de AVC deve recomendar o não prosseguimento do projeto. No entanto, na maioria dos casos, o avaliador de AVC será capaz de prosseguir com a pesquisa documental, consulta e trabalho de campo, para avaliar a presença e localização de AVCs na área do projeto.

Considerando a paisagem em uma escala ampla

Uma avaliação de AVC deve ser conduzida essencialmente na escala do local de produção (ex.: na unidade de manejo, na área da concessão florestal ou na área de plantio agrícola). No entanto, ignorar o contexto mais amplo da paisagem (ex.: atividades em áreas adjacentes, planos de uso da terra na região, presença e status de áreas protegidas, sistemas de água doce conectados, etc), pode aumentar o riscos de fragmentação do habitat e as ameaças ou danos a alguns AVCs. Alguns AVCs estão presentes no próprio nível da paisagem (ex.: ecossistemas em nível da paisagem, grandes bacias hidrográficas), outros dependem da presença de mosaicos de habitats em um nível amplo da paisagem para continuarem a existir (ex.: valores hidrológicos críticos, populações de espécies raras, ameaçadas ou endêmicas). As principais características sociais e biológicas da paisagem mais ampla devem ser claramente descritas. Isto deve incluir informações sobre:

- Área protegidas (existência ou em processo de registro formal)
- Biogeografia regional ou sub-regional (a área de avaliação está em uma região biogeográfica distinta ou muito restrita)?
- Local e status de áreas de vegetação natural (incluindo a descrição de tipos de ecossistemas, tamanho e qualidade).

- Ocorrência de populações de espécies de reconhecido interesse global e corredores migratórios na paisagem.
- Principais formas de relevo, bacias hidrográficas e rios, geologia e solos.
- Contexto social (etnias, principais tendências sociais e usos da terra).
- Histórico do uso da terra e tendências de desenvolvimento, incluindo planos futuros (ex.: mapas de planejamento territorial, iniciativas de desenvolvimento, propostas de exploração comercial existentes e licenças de produção).

Quadro 8: Definição da área de influência

A **área de influência** do projeto (ex.: unidade de manejo florestal, plantação agrícola) pode se estender além da área do projeto para áreas adjacentes ou próximas que podem ser afetadas pela infraestrutura desenvolvida para dar suporte às atividades produtivas (ex.: estradas), por alterações no sistema de distúrbios (ex.: fogo) ou por deslocamento do uso dos recursos naturais pela comunidade local para outras áreas. A área de influência também pode incluir áreas que podem ser afetadas por impactos hidrológicos causados pelas práticas produtivas. É recomendável que os responsáveis pelo manejo busquem colaborar sempre que possível com os vizinhos e outras iniciativas existentes no nível da paisagem, especialmente quando tal colaboração irá melhorar o manejo de AVCs.

2.4. Metodologia e fontes de dados para AVC

2.4.1.| Avaliando a necessidade de um estudo de escopo

Dependendo dos potenciais impactos das operações e dos recursos disponíveis, o responsável pelo manejo pode primeiramente organizar um estudo de escopo prévio à avaliação completa de AVC. Um estudo de escopo pode ajudar a identificar a área de influência do projeto, informações disponíveis e as preocupações iniciais das partes interessadas que permitem ao avaliador identificar lacunas de informações, questões de alta prioridade e informar a metodologia de avaliação de campo e a equipe necessária. O estudo de escopo pode envolver uma visita à unidade de manejo para ver locais chave, ter uma ideia geral da tipologia vegetal, para melhor entender a logística e conversar com representantes da comunidade local e especialistas. Para projetos planejados em áreas com informações de domínio público insuficientes, os resultados do estudo de escopo podem ser muito úteis na tomada de decisões se a área pode ser convertida sem causar impactos significativos e irreversíveis aos valores de conservação e, portanto, se o projeto deve seguir em frente ou não. Em casos onde a decisão é de abandonar o projeto, baseada em resultados do estudo de escopo, o responsável pelo manejo da terra economiza dinheiro e recursos ao não realizar a avaliação completa de AVC ou avaliação de impactos para esta área.

2.4.2. | Filtro por escalas

A identificação de AVC é melhor conduzida através de uma abordagem gradual de filtros por escalas, utilizando a melhor informação disponível na escala de referência apropriada (global, regional ou nacional para os AVCs 1 a 3) ou mais informações de escala local (AVCs 4 a 6), reduzindo gradualmente o nível até uma avaliação na escala local. A escala de referência é conceitual, para permitir identificar questões de valor como raridade e, portanto, não é a escala recomendada para mapeamentos. Este tipo de informação menos detalhada pode também informar a identificação de AVCs 4 a 6, mas com menor frequência. Por exemplo, pode haver informações gerais sobre importantes sites culturais (Patrimônios Culturais da Humanidade), informações demográficas em nível nacional ou mapas de infraestruturas e assentamentos.

Informação no nível da escala referencial nunca será suficiente para tomar decisões na unidade de manejo, o que requer uma avaliação local. No entanto, toda análise em escala referencial necessita ser utilizada de forma crítica e quando possível devem ser comparadas, levando em consideração a abordagem de precaução (ver 2.6.2.). Os diferentes níveis de informação que devem ser considerados durante uma avaliação, do nível de referência ao nível local, estão ilustrados abaixo:

***Figura 2:** : é um esquema de como diferentes níveis de informação e fontes de dados serão úteis nas diferentes escalas. Por exemplo, em uma escala global ou regional, informações gerais como listas globais e paisagens prioritárias podem ser úteis. Ao reduzir a escala para o nível nacional, é útil verificar valores e bancos de dados específicos do país. Finalmente, já que a avaliação de AVC será conduzida na escala local (ex.: na unidade de manejo ou na plantação), informações na escala local incluirão levantamentos de campo e estudos existentes. É importante lembrar que a consulta a partes interessadas é importante em todas as etapas do processo e podem incluir consultas com especialistas internacionais, nacionais, ONG's e comunidades locais.*

Planejamento sistemático de conservação(PSC)

É importante notar que o conceito de AVC trata somente de uma parte das preocupação com relação a conservação e que o enfoque de AVC não deve ser utilizado como substituto de outros métodos de planificação mais elaborados e mais completos; mas ao contrário, deve ser uma contribuição a um plano de conservação mais amplo.

O planejamento em larga escala pode contribuir para a avaliação de AVC de três formas:

1. Pode servir como um filtro, informando o nível de detalhe a se buscar na escala local.
2. Os dados utilizados como insumo para aquelas análises podem também ser utilizadas na avaliação de AVC, assumindo que estejam disponíveis em nível de detalhe apropriado.
3. Em alguns casos, as prioridades identificadas através da análises do PSC podem ser integradas na avaliação de AVC.

No entanto, é importante entender os critérios e métodos utilizados para identificar prioridades em um PSC e reconhecer as diferenças entre tais métodos e a abordagem de AVC (ex.: para selecionar áreas, os exercícios de PSC baseiam-se frequentemente na eficácia e na complementaridade da solução final; portanto, áreas podem ser consideradas prioritárias não porque contenham altos valores absolutos, mas porque esses valores são complementares aos das outras áreas selecionados). É também importante saber quais são as lacunas de informações e dados e não tomar o resultado de exercícios de planejamento como um conjunto completo de prioridades.

Dados devem ser detalhados, atualizados e completos o suficiente para que seja possível tomar decisões sobre a presença, status e local dos AVCs. As fontes dos dados e a metodologia de coleta de dados devem estar claramente descritos ou referenciados e resumidos no relatório de AVC (e apresentados nos anexos, se apropriado), e devem cobrir a pesquisa documental e do contexto, bem como dados coletados em campo (incluindo datas e itinerários), se houverem. Onde existe uma Interpretação Nacional de AVCs, elas devem ser utilizadas em conjunto com este Guia Geral de Identificação de AVCs. Quaisquer decisões de modificar as definições ou limiares de uma IN AVC, ou de desviar de suas recomendações, deverão ser adequadamente explicadas e justificadas.

O líder da avaliação ou responsável pelo manejo necessita coletar informações suficientes para realizar um julgamento prévio sobre os prováveis AVCs e os prováveis impactos das operações – isto irá guiar as decisões sobre a composição da equipe avaliadora e lacunas de dados a serem preenchidas, e a escala da consulta requerida para a avaliação[14]. A coleta inicial de dados deve cobrir os aspectos que seguem:

1. Localização e tamanho da área do projeto (ex.: a unidade de manejo, área da concessão, área da plantação).
2. Classificação do uso da terra e da cobertura vegetal.
3. Direito de uso e posse da terra
4. Contexto da paisagem, incluindo uso da terra e dos recursos – tanto em pequena escala como em grande escala (ex.: assentamentos, florestas, agricultura, infraestrutura) no entorno da área do projeto.
5. Presença e status do planejamento regional do uso da terra e dos recursos.
6. Presença e condição das áreas protegidas na paisagem.
7. Distribuição e conectividade dos ecossistemas através da paisagem e barreiras afetando o movimento de entrada e saída da área de avaliação.
8. Geologia e solos.
9. Mapas de bacias hidrográficas e criticidade da área para manutenção do abastecimento e qualidade da água.

Devem ser realizados esforços razoáveis para cobrir lacunas nos dados, proporcionais ao impacto e escala das operações. Quando os dados são incompletos (espacialmente, temporalmente, taxonomicamente, etc), consultas a especialistas e verificação de campo (isto é, visita física pelo menos a uma amostra das áreas dos locais maiores e consultas) serão importantes. Em locais onde é impraticável ou impossível o trabalho de campo em todo o local e em sua área de influência, a verificação de campo deve ser focada naquelas áreas onde é mais provável a existência de AVCs. Em casos de dados insatisfatórios, o princípio de precaução pode ser aplicado de forma útil. Por exemplo, baseado em informações sobre área de vida, assume-se que certas espécies ocorrem na unidade, e as atividades do manejo são direcionadas para manter a presença destas espécies e não há necessidade da verificação de campo. Se, por outro lado, o responsável pelo manejo insiste que certo valor está ausente, ainda que a pesquisa documental indique a presença provável do valor, o avaliador deve tentar verificar isto (o que pode significar a investigação indireta se um determinado habitat está presente ou se a população local encontrou determinada espécie, ou a investigação direta através de inventários de espécies).

14 Às vezes é útil conduzir um estudo de escopo, especialmente em novos locais, para coletar informações locais e assegurar que a preparação é adequada para uma avaliação completa.

2.5. Consulta a partes interessadas

Um dos importantes papéis de um avaliador de AVC é envolver especialistas, comunidades locais e outras partes interessadas através do processo de avaliação de AVC.

A consulta a partes interessadas é valiosa por:

1. Ajudar o avaliador a avaliar se um certo valor está presente.
2. Ajudar o responsável pelo manejo (ou consultor) a planejar o manejo para manter este valor.
3. Informar as partes interessadas que um valor está presente e que certas medidas podem ser necessárias para manter este valor, por exemplo, áreas de reserva ou proibidas para caça.

Muitos avaliadores realizam encontros formais para as consultas a partes interessadas, outros preferem consultas separadas com diferentes partes interessadas de diferentes organizações ou com diferentes especialidades e conhecimentos. O nível de consulta pode também depender do tipo de titularidade da terra. Por exemplo, se um proprietário particular já identificou um AVC e o protege por completo, há pouca necessidade de consultar as comunidades locais, governo e ONGs, a não ser que as operações possam causar impactos sobre os AVCs. No entanto, para projetos em terras públicas, as consultas com as partes interessadas são sempre necessárias.

Antes da consulta, a primeira etapa é identificar as potenciais partes interessadas, levando em conta a natureza e a vulnerabilidade de prováveis AVCs, e os riscos e ameaças que se apresentam. A quantidade de consultas necessárias irão variar de acordo com a escala, intensidade e risco dos impactos das atividades de manejo, e a probabilidade da ocorrência de AVCs.

Quadro 9: Lista de potenciais partes interessadas

Identificar partes interessadas que serão diretamente afetadas ou que arcarão com o custo da atividade potencial (ex.: floresta, agricultura, etc). Exemplos:

- **Comunidades locais** que utilizam produtos e serviços do ecossistema.
- **Organizações e instituições** que representam estas comunidades (acima).
- Aqueles que fazem **uso comercial legítimo dos recursos naturais** que serão alterados pelo desenvolvimento das atividades.
- **Organizações sociais e ambientais, acadêmicos e pesquisadores** que representam o público em geral e/ou têm interesse na maneira como ecossistemas são manejados.
- **Organismos governamentais** sempre devem ser informados das discussões, mesmo se não diretamente afetados.

Partes interessadas chave devem ser avisadas que uma avaliação de AVC está sendo conduzida e que eles têm a oportunidade de participar e que tem a possibilidade de levantar questões pertinentes. A participação de partes interessadas pode ter várias formas: no planejamento, sendo diretamente envolvidas com a equipe de avaliação, participações em reuniões, participação em consultas específicas ou na revisão dos resultados. As consultas permitem a assimilação de diferentes pontos de vista e opiniões, particularmente com respeito à concordância do que pode se constituir em um AVC no local. **A efetividade e sucesso do processo de consulta dependem de sua capacidade de capturar a grande maioria das opiniões, das informações e opções relevantes. Objeções ao processo de consulta podem ser levantadas se for demonstrado que falhou em detectar fontes importantes de informação ou opiniões facilmente disponíveis.** O relatório da avaliação de AVC deve conter evidências de que as partes interessadas relevantes foram apropriadamente consultadas e os pontos de vista e informações que eles forneceram foram devidamente incorporados no processo. Também é uma boa prática dar um retorno sobre as conclusões para as partes interessadas consultadas, se apropriado.

2.6. Interpretação dos resultados da avaliação

As decisões sobre o status de AVCs (presente, potencialmente presente ou ausente) virão da interpretação dos resultados da avaliação, o que depende de uma interpretação acordada das definições oficiais de AVC e do uso apropriado das fontes de informação disponíveis.

2.6.1. | Reconhecimento de valores significativos

Em termos práticos, valores significativos são aqueles reconhecidos como sendo únicos, ou excepcionais quando comparados a outros exemplos na mesma região, em função de seu tamanho, número, frequência, qualidade, densidade ou importância socioeconômica, com base em referências, dados ou mapas sobre prioridades estabelecidas, ou através de estudos de campo e consultas realizadas durante o processo de avaliação de AVC. Para o propósito de determinar a significância, decisões devem ser baseadas em unidades biogeográficas ou fisiográficas amplamente aceitas, de 10 a 100 milhões de hectares, ou unidades políticas, nacionais ou municipais de tamanhos similares, como as ecorregiões da WWF ou classificações similares da terra baseada em padrões amplos de vegetação e diversidade biológica.

Os proprietários e responsáveis pelo manejo de terras e recursos podem reconhecer e designar um valor como significativo e com status de AVC com base em qualquer dos processos seguintes:

a) Uma designação, classificação ou status reconhecido de conservação, validado por uma agência internacional (ex.: Lista vermelha da IUCN, Patrimônio Cultural da Humanidade conforme a UNESCO, Áreas Chaves para Biodiversidade ou KBA, segundo a sigla em inglês).

b) Uma designação por autoridades nacionais ou regionais, ou por ONGs reconhecidas (ex.: países signatários da Convenção para Diversidade Biológica (CBD) devem todos ter estratégias para biodiversidade, as quais podem incluir planos de ação para espécies, áreas nacionais protegidas e listas nacionais de espécies protegidas).

c) Designações de valores específicos através de estudos de campo ou de consulta a especialistas.

d) Uma designação voluntária (ex.: por uma organização florestal ou agrícola) baseada em informações disponíveis e consultas sobre valores conhecidos, prováveis ou relatados, mesmo que não reconhecidos oficialmente por outras agências.

Importante notar que para os AVCs 1, 2 e 3, os valores necessitam ser significativos em escala nacional ou regional (ou ainda mais alta). Os AVCs 4, 5 e 6 são significativos para as comunidades que dependem destes – portanto eles não são relativos a nenhuma escala, mas absolutos na sua qualidade de insubstituíveis para estas comunidades.

2.6.2. | Utilizando a abordagem de precaução

A abordagem de precaução significa que quando há uma ameaça de dano severo ou irreversível para o ambiente ou uma ameaça ao bem estar humano, as partes responsáveis necessitam tomar medidas explícitas e efetivas para prevenir os danos e riscos; mesmo quando informações científicas são incompletas ou inconclusivas, e quando a vulnerabilidade e sensibilidade dos valores são incertos[15]. No contexto da identificação de AVC, isto significa que quando há indicações razoáveis de que um AVC está presente, o avaliador deve assumir que está presente.

O que isto significa na prática depende da situação e do uso pretendido da terra/água. No contexto de conversão das terras para plantações agrícolas, as ameaças são provavelmente mais severas do que em cenários de desenvolvimento limitados ao distúrbio ou degradação do hábitat. **Onde há mais riscos de perda de hábitat ou deslocamento do uso de recursos pelas comunidades locais, a abordagem de precaução ainda é mais importante.** Avaliadores devem tomar medidas para resolver as dúvidas que existam ou para obter mais dados e orientações de especialistas até que existam provas claras da ausência de um AVC em particular, e devem **evitar atribuir um status de AVC para valores que não estejam em conformidade com as descrições e exemplos deste documento de orientação.**

15 *Ver Abordagem de Precaução, Glossário FSC P&C V 5.0*

A Parte II fornece definições detalhadas e orientação para a interpretação e identificação das seis categorias de AVC. A Parte II inclui fontes de dados potenciais e indicadores para AVCs e fornece estudos de caso ilustrativos e exemplos para cada categoria de AVC.

Parte II

3. Identificação dos Seis Altos Valores de Conservação 25

3.1. AVC 1: Diversidade de espécies 25

3.1.1. Conceitos e termos chave 25

3.1.2. Indicadores e fontes de dados 27

3.1.3. Estudo de caso 29

3.2. AVC 2: Ecossistemas e mosaicos no nível da paisagem e Paisagens Florestais Intactas 30

3.2.1. Conceitos e termos chave 30

3.2.2. Indicadores e fontes de dados 31

3.2.3. Estudo de caso 33

3.3. AVC 3: Ecossistemas e hábitats 34

3.3.1. Conceitos e termos chave 34

3.3.2. Indicadores e fontes de dados 35

3.3.3. Estudo de caso 36

3.4. AVC 4: Serviços Ecossistêmicos 37

3.4.1. Conceitos e termos chave 37

3.4.2. Indicadores e fontes de dados 40

3.4.3. Estudo de caso 41

3.5. AVC 5: Necessidades das comunidades 42

3.5.1. Conceitos e termos chave 42

3.5.2. Indicadores e fontes de dados 44

3.5.3. Estudo de caso 47

3.6. AVC 6: Valores Culturais 48

3.6.1. Conceitos e termos chave 48

3.6.2. Indicadores e fontes de dados 49

3.6.3. Estudo de caso 51

4. Preparação do Relatório de Avaliação de AVC 53

A Seção 3 abrange as seis categorias de AVC em detalhe. Para cada AVC, a definição dada é seguida por uma interpretação dos principais termos e conceitos na definição. Exemplos de valores que qualificariam como AVC cada uma das seis categorias de HCV são fornecidos. Recomendações sobre fontes de dados e indicadores úteis são fornecidas (i.e. o que procurar e o que pode indicar a presença de um AVC). Finalmente, pequenos trechos de avaliações de AVC são utilizados como estudos de caso para ilustrar como os AVCs podem ser identificados em diferentes ecossistemas.

3 Identificação dos seis AVCs

3.1 AVC 1 Diversidade de Espécies

As palavras em negrito em cada definição dos AVCs são tratadas em mais detalhes em cada seção sobre termos e conceitos chave.

Concentrações de diversidade biológica, incluindo **espécies endêmicas e espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção (espécies RTE,** pela sigla em inglês), que sejam **significativas** em nível global, regional ou nacional.

3.1.1 | Conceitos e termos chave

Concentrações de diversidade biológica

O AVC 1 abrange concentrações significativas de biodiversidade, reconhecidas como únicas ou excepcionais.

- Em comparação com outras áreas (dentro do mesmo país, por exemplo; ou em grandes países, áreas administrativas menores como estados ou províncias podem ser unidades de referência mais apropriadas; ou em comparação com unidades biogeográficas de tamanho correspondente).
- Com base em marcos prioritários, ou através de avaliações de campo e consultas.

Qualquer área que contenha **concentrações significativas** de espécies AVC 1 (RTE ou endêmicas), ou que contenham hábitats críticos para a sobrevivência destas espécies será uma área de AVC. Isto não significa que qualquer observação ou registro de presença de uma espécie RTE seja classificado como AVC. Apenas onde a **concentração** de espécies é **globalmente, nacionalmente ou regionalmente significativa.** Lembre-se, estes valores não classificados como AVC ainda podem ser protegidos por outros princípios de gestão ambiental.

Não é necessariamente importante ter certa quantidade de diversidade biológica para a classificação como um AVC 1; mesmo uma única espécie pode ser considerada importante o suficiente para ser um AVC 1 por ela mesma. Isso pode acontece, por exemplo, se a espécie está na Lista Vermelha da IUCN ou em listas nacionais de proteção de espécies e é encontrada uma população grande o suficiente para classificá-la como uma concentração ou como significativa para o país em questão.

Áreas protegidas: um indicador para a concentração de biodiversidade

Como parte de um exercício inicial de reunião de dados, a presença de uma área protegida (AP) reconhecida pela IUCN e pela Convenção de Diversidade Biológica (CDB) pode alertar o avaliador para potenciais AVCs, pois se pode assumir que a AP abriga concentrações significativas de valores de biodiversidade. Sem informações adicionais, tal como a qualidade da flora e da fauna presente na AP, de acordo com a abordagem da precaução, uma AP (como definida pela IUCN ou governos nacionais), seria considerada um AVC 1. Além de áreas legalmente protegidas, áreas prioritárias para conservação em escala global, tais como Áreas Chave para Biodiversidade (incluindo IBA, IPA, locais AZE, etc), são também fortes indicadores da potencial presença de AVC 1.

Concentrações espaciais ou temporais de espécies

Muitas espécies usam uma variedade de hábitats em diferentes períodos do ano ou em diferentes estágios do ciclo de vida. Estes podem incluir locais sazonais de reprodução e alimentação, rotas de migração ou corredores (tanto latitudinal como altitudinal). Em regiões temperadas e boreais, estas concentrações críticas ocorrerão sazonalmente (ex.: locais de alimentação no inverno ou sítios de reprodução no verão); por outro lado, nos trópicos, o período de maior uso pode depender mais da ecologia da espécie em questão (ex.: matas ripárias em florestas tropicais secas podem ser um hábitat crítico sazonal para muitas espécies de vertebrados e muitas espécies migratórias de clima temperado podem ser criticamente dependentes de hábitats tropicais em certos períodos do ano). Refúgios sazonais e ecológicos que fornecem locais temporários de reprodução, nidificação, hibernação, migração ou hábitats essenciais para espécies RTE classificam-se como AVC 1, mesmo quando o hábitat é usado apenas em períodos extremos.

Espécies raras, ameaçadas ou em perigo de extinção (RTE) referem-se a espécies que estão em risco de, passando por ou têm passado por um severo declínio populacional. Embora a definição de AVC mencione espécies ameaçadas ou em perigo; estas são, frequentemente, em conjunto com as vulneráveis, incluídas dentro do abrangente termo de ameaçadas e em perigo no contexto da lista vermelha da IUCN.

Raras é um conceito dependente da escala e inclui espécies que:

- São naturalmente raras, existindo apenas em densidades muito baixas e hábitats não perturbados, ou.
- São raras devido às atividades humanas (ex.: destruição de hábitats, caça excessiva, mudança climática).
- Estão no limite da sua área geográfica de distribuição natural (mesmo se são comuns em outros locais).

Espécies ameaçadas e em perigo podem incluir espécies classificadas pela IUCN[16] como vulneráveis (VU), em perigo (EN) e criticamente em perigo (CR) em nível global ou regional, ou aquelas em que o comércio é regulado por acordos internacionais (ex.: CITES), assim como espécies protegidas nacionalmente. A Lista Vermelha da IUCN permanece incompleta e muitas espécies RTE não foram ainda avaliadas pela Comissão de Sobrevivência de Espécies da IUCN. Em alguns países, especialmente aqueles sem listas nacionais de espécies na IUCN ou listas nacionais de espécies protegidas, a consulta com especialistas é necessária para verificar se tais espécies podem estar presentes.

Espécies endêmicas são aquelas encontradas apenas em uma região geográfica restrita[17], que pode variar de um único local ou uma característica geográfica (tal como uma ilha, uma cadeia de montanhas ou uma bacia hidrográfica), a um limite político como uma província ou país. Espécies endêmicas e com distribuição restrita são particularmente vulneráveis a ameaças, pois têm uma distribuição limitada e podem ter populações menores do que espécies de ampla distribuição. Endemismo geralmente indica um status de AVC apenas se a população é também nacionalmente significativa. A escala de endemismo (ex.: nacional e regional) precisa ser acordada.

16 *http://www.iucnredlist.org/technical-documents/categories-and-criteria*
17 *De acordo com a IUCN, espécies de distribuição restrita, são espécies com uma área de ocorrência total menor que 20.000 km² ou uma área de distribuição conhecida menor que 2.000 Km².*

Seriam qualificados como AVC 1:

- Uma alta riqueza, diversidade ou singularidade de espécies em uma área definida, quando comparado com outros locais dentro de uma mesma região biogeográfica.
- Múltiplas populações de espécies endêmicas ou RTE.
- Populações importantes ou uma grande abundância de indivíduos de espécies endêmicas ou RTE, representando uma proporção global, nacional ou regional substancial das populações que são necessárias para manter populações viáveis, seja:
  - Ao longo do ano (ex.: habitats chave para espécies específicas) ou,
  - Sazonalmente, incluindo corredores migratórios, locais de reprodução, abrigo, hibernação ou refúgios de distúrbios.
- Pequenas populações individuais de espécies endêmicas ou RTE, em casos onde a sobrevivência em termos globais, nacionais ou regionais destas espécies é criticamente dependente da área em questão (tais espécies estão provavelmente restritas a poucos remanescentes de hábitats e estão classificadas como EN ou CR na lista vermelha da IUCN). Nestes casos, frequentemente há um consenso (entre muitas partes interessadas) de que cada indivíduo sobrevivente é globalmente significativo (ex.: espécies bandeira ou emblemáticas como Panda, Rinoceronte Indiano, Gorila da Montanha).
- Locais com significativa riqueza de espécies RTE, ou populações (incluindo concentrações temporárias) de espécies prioritárias próximas de áreas protegidas importantes ou outros locais prioritários (ex.: KBAs) dentro dos mesmos limites biogeográficos).
- Variabilidade genética, subespécies ou variedades de particular importância. Por exemplo, o gorila do Rio Cross, *Gorilla gorilla diehli* (aproximadamente 250 indivíduos remanescentes), é uma subespécie geneticamente distinta do gorila ocidental, *Gorilla gorilla* (aproximadamente 95.000 indivíduos no mundo).

3.1.2 | Indicadores e fontes de dados

A identificação do AVC 1 requer informações básicas das espécies e de seus hábitats, ou seja: quais espécies comumente ocorrem na área e quais espécies são prováveis de ocorrer de acordo com seus requerimentos de hábitat? Resultados de avaliações de biodiversidade que mostram a extensão da distribuição de espécies podem ser consultados para verificar se a distribuição de espécies se sobrepõe ao local de produção, e se alguma destas espécies são RTE ou endêmicas.

Indicadores de um potencial AVC 1 incluem:

- A presença de uma reconhecida área prioritária de biodiversidade (ex.: uma área protegida reconhecida pela IUCN, sítio RAMSAR, local de Patrimônio Cultural da Humanidade da UNESCO, área chave de biodiversidade, etc).
- Uma área designada pelas autoridades nacionais ou por organizações de conservação de boa reputação, reconhecendo concentrações de biodiversidade.
- A presença de um hábitat natural em boas condições dentro de tais áreas indicadas acima é um forte indicador (mas não uma garantia) da presença do AVC 1.

Indicadores (proxies), tais como integridade do hábitat, espécies migratórias e espécies especializadas podem ser úteis, mas devem ser tratadas com precaução quando usados como potenciais indicadores de outras espécies. Espécies bandeira ou predadores de topo de cadeia podem ser, em alguns casos, fáceis de estudar; mas estão também, entre as espécies mais adaptáveis e podem não indicar a saúde do ecossistema como um todo.

Fontes de Dados

Fontes de dados chave incluem a lista vermelha da IUCN de espécies ameaçadas ou as listas nacionais de espécies ameaçadas. Adicionalmente a estas listas, esquemas de prioridades de conservação *(ver http://www.biodiversitya-z.org/)* podem ser úteis durante estudos iniciais documentais para se obter uma ideia dos potenciais valores em uma área. A utilidade de sistemas particulares de prioridade de conservação depende da escala e da qualidade das informações descritivas e dos recursos de dados associados. Alguns sistemas prioritários possuem escala muito grande para fornecer indicações confiáveis em níveis locais, ex.: toda a América Central é classificada como um hotspot para biodiversidade. No entanto, algumas categorias como Áreas Protegidas, locais de Patrimônio Mundial e as Áreas Chave para Biodiversidade agrupam áreas prioritárias que podem fornecer informações de espécies e hábitats para avaliações de AVC 1 em uma escala relevante, ex.: paraanálise de raridade ou ameaças. Classificações de cobertura da terra e sensoriamento remoto são também fontes válidas de informação, especialmente quando usadas no delineamento de redes de áreas protegidas (ex.: análises de lacunas de áreas protegidas) ou como ferramentas de tomada de decisão para planejamento agrícola ou florestal. No melhor cenário, a descrição dos ecossistemas é bastante detalhada e inclui informações de espécies.

A ausência de uma classificação oficial pode diminuir a probabilidade de um AVC de biodiversidade estar presente em nível local, mas isso não significa que está ausente. Por exemplo, importantes áreas de aves (IBAs) foram mapeadas em aproximadamente 200 países e territórios, mas poucos países realizaram um processo equivalente para plantas, répteis ou peixes.

Ainda, algumas áreas não foram avaliadas ou têm dados tão deficientes que elas não podem ser avaliadas. Se não há um exercício de priorização na região, a melhor maneira de proceder é a consulta com especialistas que podem ter informações relevantes; ou o uso de dados indicadores, como estudos biológicos de hábitats semelhantes na mesma região (que são provavelmente similares em termos de composição de espécies e tipos de vegetação).

Consultas

Pode ser necessário consultar um especialista para produzir uma lista de espécies que são esperadas de ocorrer. Assim, se a área contém hábitats que são conhecidos por abrigar espécies RTE ou endêmicas, será necessário definir onde na área de produção(i.e. concessão ou plantação) estas espécies são prováveis de ocorrer. Quando aplicável, consultas com populações locais ou trabalhadores sobre a flora e fauna na área podem fornecer informações valiosas.

Trabalho de campo

Especialistas independentes fornecem informações importantes, mas pode ser necessário realizar um levantamento na área incluindo aspectos como:

- Levantamentos de aves e mamíferos para a relação de dependência de hábitat, espécies endêmicas ou ameaçadas.
- Levantamento de hábitats potenciais (como indicadores - proxies) para espécies RTE e endêmicas.

O esforço do levantamento deveria se concentrar na presença confirmada ou potencial de espécies endêmicas ou espécies da Lista Vermelha da IUCN dependentes de hábitats. Os resultados de levantamentos de campo devem ser representados em um mapa para mostrar a distribuição real ou potencial das espécies. Isso permitirá ao avaliador recomendar a áreas de manejo que podem ser necessárias para manter os AVCs.

Onde é difícil determinar na prática a presença ou o status de populações individuais de espécies endêmicas ou RTE, hábitats adequados para espécies RTE podem ser usados como indicadores aproximados e podem ser mais simples de definir e mapear. Porém, isso pode ser aplicado apenas em áreas onde não há pressão de caça de espécies da fauna. Por exemplo, uma floresta pode parecer ser um hábitat adequado para espécies RTE, mas ela pode já estar “vazia” devido à caça e a captura insustentáveis.

AVC 1

3.1.3 | Estudo de Caso
Diversidade de espécies

Local	Leste de Kalimantan, Indonésia.
Ecossistema	Floresta tropical de terra baixa e floresta ripária (mata ciliar) secundária
Contexto da avaliação	Avaliação de AVC para certificação RSPO

Florestas tropicais do hotspot de biodiversidade de Sundaland abrigam alta biodiversidade e altas taxas de endemismo. No entanto, muito dessa diversidade está ameaçada de extinção (ex.: mais de 100 espécies endêmicas de aves e mamíferos ameaçadas)[1]. A maioria da floresta de terra baixa na região tem sido gravemente afetada pela exploração madeireira, mas esta floresta explorada ainda é capaz de abrigar algumas espécies encontradas em floresta prístina, incluindo altas densidades do Orangotango de Bornéu (EN). Uma avaliação de AVC foi desenvolvida para uma nova plantação de palma africana no leste de Kalimantan, buscando a certificação RSPO[2]. A área de concessão de aproximadamente 7.000 ha consiste predominantemente de floresta com exploração de madeira e com distúrbios pelo fogo. Estudos de campo revelaram a presença de *Bornean Ironwood* (VU), *Proboscis monkeys* (Macaco-narigudo) (EN) e *False Gharials* (Garial-da-Malasia) (EN) nas florestas ripárias do local. Os Orangotangos de Bornéu (EN) também foram considerados presentes na área, baseado na presença de ninhos. A presença destas três espécies em perigo, duas delas endêmicas de Bornéu, qualifica-se como um **AVC 1.** A avaliação de AVC recomendou a proteção de 500 m de corredor na floresta ripária, ao longo da concessão, em ambos os lados do rio principal, para proteger estas espécies e para manter a conectividade com outros hábitats dos Orangotangos.

Referências:
1 *http://www.conservation.org/where/priority_areas/hotspots/asia-pacific/Sundaland/Pages/default.aspx*
2 *http://www.hcvnetwork.org/resources/assessments/PT%20KMS%20HCV%20Assessment%20Summary%20MECFINAL.pdf*

3.2 AVC 2: Ecossistemas e mosaicos em escala da paisagem, e Paisagens Florestais Intactas

Grandes ecossistemas e mosaicos de ecossistemas em escala da paisagem, e Paisagens Florestais Intactas que são significativos em nível global, regional ou local, e que contém **populações viáveis da grande maioria das espécies de ocorrência natural** em **padrões naturais de distribuição e abundância.**

3.2.1 Conceitos e termos chave

O AVC 2 inclui ecossistemas e mosaicos de ecossistemas que são suficientemente grandes e relativamente preservados o suficiente para abrigar populações viáveis da maioria das espécies de ocorrência natural e (implicitamente) a grande maioria dos outros valores ambientais que ocorrem no ecossistema.

Grandes ecossistemas e mosaicos de ecossistemas em escala da paisagem

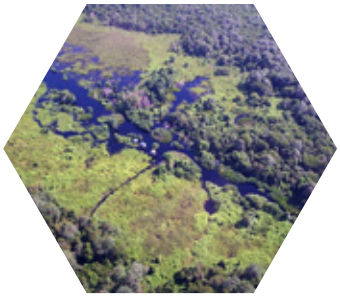
Em princípio, o limite do tamanho para AVC 2 deveria estar relacionado à área necessária para manter populações viáveis, especialmente de grandes espécies ou espécies amplamente distribuídas. Uma área limite de 500 Km² (50.000 ha) tem sido amplamente utilizada como um guia, mas isso deve ser determinado por uma Interpretação Nacional de AVC ou consulta a especialistas. Na África do Sul, por exemplo, 5.000 – 10.000 ha são usados para definir "grande". Limiares de áreas menores podem também ser apropriados em regiões que experimentaram substancial fragmentação e degradação dos ecossistemas e hábitats.

Populações viáveis da grande maioria das espécies

A maioria das paisagens extensas, que não foram afetadas pelo desmatamento, grande exploração madeireira, intensificação no manejo de pradarias, caça excessiva, represamento ou retificação de corpos d'água, a dominância de espécies domésticas ou invasoras ou outro importante distúrbio antropogênico por muitas décadas; provavelmente contém populações viáveis da grande maioria das espécies de ocorrência natural. Para a classificação do AVC 2, não é necessário que a área esteja totalmente sem distúrbios ou prístina. Algumas espécies podem estar localmente extirpadas ou perdidas, especialmente aquelas vulneráveis ou seletivamente caçadas. O status de AVC 2 pode ser aplicado mesmo quando as poucas espécies perdidas incluem espécies grandes, chave ou icônicas, particularmente se há uma chance razoável destas espécies serem recuperadas no futuro. O AVC 2 frequentemente inclui ecossistemas que contém importantes subpopulações de espécies de distribuição ampla (ex.: carcaju, tigre e elefante), mesmo que as subpopulações por si mesmas possam não ser viáveis a longo prazo.

Quadro 10: A grande maioria das espécies: compreendendo a intenção da definição

Uma interpretação literal e científica da definição do AVC 2 reconhece que a grande maioria das espécies são organismos como insetos, plantas e fungos; alguns dos quais seriam viáveis mesmo em pequenas áreas. Deve ser reconhecido *(infelizmente para os besouros)* que os esforços de conservação frequentemente pendem em direção às grandes e mais carismáticas espécies, particularmente mamíferos e aves – em parte porque são mais estudados. O AVC 2 foi criado para dar alguma proteção explícita a florestas grandes e adequadamente intactas (valiosas em si mesmas, uma vez que estão em declínio constante), e também por causa das espécies que requerem grandes áreas de florestas naturais para se manterem. A intenção é que grandes paisagens precisam ser protegidas por seu valor intrínseco e pelas populações viáveis das espécies que delas dependem.



Padrões naturais de distribuição e abundância

Esse elemento da definição é um reconhecimento de que ecossistemas relativamente intactos, onde os processos e funções ecológicas (ex.: regimes naturais de distúrbio, distribuição e abundância de espécies) estão totalmente ou relativamente inalterados pelas atividades humanas, têm importância especial. A questão aqui é manter não apenas a extensão do ecossistema e a viabilidade das populações das espécies, mas também a amplitude da sua distribuição e seus padrões de abundância. Não é necessário medir ou estimar precisamente a di stribuição e abundância das espécies e populações. No entanto, um grande ecossistema pode não se qualificar como AVC 2 se o mesmo perdeu muitas das espécies típicas deste ecossistema no seu estado natural, ou tem sido tão gravemente perturbado que há razões para acreditar que a distribuição espacial das espécies e sua relativa abundância e regeneração foram seriamente e permanentemente alteradas. O AVC 2 não inclui ecossistemas artificiais, convertidos, gravemente degradados, ecossistemas fragmentados ou extensivamente modificados pela atividade humana, especialmente desmatamento e agricultura. O status de AVC 2 é também descartado em grandes ecossistemas com características de dominância ou presença significativa de espécies invasoras, distribuição interrompida de classes de tamanho/idade das populações, e a perda de processos ecossistêmicos significativos (ex.: produção de frutos, dispersão de espécies chave).

Seriam qualificadas como AVC 2:

- Grandes áreas (poderia ser maior do que 50.000 ha, mas isso não é uma regra) que estão relativamente distantes de assentamentos humanos, estradas ou outros acessos. Especialmente se elas estão entre as maiores áreas em uma determinada região ou país.
- Áreas menores que provém funções chave na paisagem, tais como conectividade ou amortecimento (ex.: zonas de amortecimento de áreas protegidas, um corredor ligando áreas protegidas ou hábitats de alta qualidade). Estas áreas menores apenas são consideradas AVC 2 se elas têm um papel em manter áreas maiores na paisagem mais ampla.
- Grandes áreas que são mais naturais e intactas que outras similares e que provém habitats para predadores de topo de cadeia ou espécies que exigem grandes áreas.

3.2.2 | Indicadores e fonte de dados

Indicadores

Paisagens de Conservação

Em alguns casos, áreas já reconhecidas como paisagens de alto valor (ex.: áreas Ramsar, paisagens do Programa Regional da África Central para o meio ambiente (CARPE), Paisagens de Florestas Intactas, Áreas Valiosas de Campos Naturais e Paisagens Prioritárias para a Conservação de Tigres). Estas designações priorizam diferentes benefícios fornecidos por ecossistemas grandes e relativamente preservados, como a proteção de espécies, ciclagem de água e nutrientes ou valores culturais. Designações existentes em nível da paisagem são bons pontos iniciais, durante uma revisão documental inicial, para investigar se o AVC 2 pode ou não estar presente. No entanto, a ausência de uma designação de paisagem pré-existente não descarta a presença de uma área de AVC 2. Como mencionado acima, áreas com baixo nível de distúrbio como um todo, e alta conectividade, têm alta chance de ser um AVC 2. A verificação do status de AVC 2 não requer necessariamente levantamentos biológicos detalhados. A provável presença da grande maioria das espécies pode ser estimada por uma gama de indicadores, incluindo estrutura de habitat, condição, composição, conectividade e intensidade de pressões humanas (ex.: agricultura itinerante e caça).

Paisagens de florestas intactas

Uma importante fonte de informação de grandes florestas em escala da paisagem vem do World Resources Institute (WRI), que tem mapeado as Florestas de Fronteira e Paisagens Florestais Intactas[18] (IFL, segundo o nome em inglês) em escala global e regional desde a década de 1990. O WRI define uma IFL[19] como: "um território dentro da atual extensão global de cobertura florestal que contém ecossistemas florestais e não florestais minimamente influenciados por atividades econômicas humanas, com uma área de no mínimo 500 Km² (50.000 ha) e uma largura mínima de 10 km (medida pelo diâmetro de um círculo que está totalmente inserido dentro dos limites do território)".

Todas as florestas formalmente designadas como IFLs, e outras florestas que correspondem razoavelmente às descrições acima, devem ser consideradas como potenciais AVC 2, ao menos que haja evidência clara e irrefutáveldo contrário. A decisão final de se uma IFL é um AVC 2 em qualquer país dependerá da qualidade da floresta (ex.: estrutura florestal e composição de espécies), e dos resultados de consultas a partes interessadas. No entanto, o **AVC 2** não está unicamente restrito a áreas que não mostram sinais de atividades humanas significativas, e o conceito de "intacto", por si só, não está explicitamente incluído na definição do AVC 2, que se fundamenta na significância global, nacional e regional de grandes ecossistemas em escala da paisagem, e especificamente na presença de populações viáveis da grande maioria das espécies de ocorrência natural.

Fonte de dados

- Sistemas de Informação Geográfica (GIS) e a análise de cobertura da terra (ex.: bancos de dados de blocos de floresta e bacias e microbacias hidrográficas intactas), sensoriamento remoto, imagens de satélite.
- Mapas de áreas que têm alta importância na paisagem, tanto como corredores como zonas de amortecimento.
- Medições de campo para entender os padrões ecológicos (ex.: tamanho de árvores, densidade, classes etárias, padrões de dossel, cobertura vegetal em terras áridas, sinais de erosão, qualidade de água, etc).
- Medidas de presença humana: entrevistas com comunidades locais, sinais de captura, caça, desmatamento, etc.
- Consultas com especialistas em conservação em paisagens prioritárias específicas[20].

18 http://www.intactforests.org/concept.html
19 www.intactforests.org
20 Ver, por exemplo, a abordagem de espécies na paisagem: http://wcslivinglandscapes.com/WhatWeDo/LandscapeSpeciesAnalysis/tabid/3737/Default.aspx

AVC 2

3.2.3 | Estudo de Caso
Grande ecossistemas e mosaicos em escala da paisagem, e Paisagens Florestais Intactas

Local	Área de Manejo Florestal Mistic, Saskatchewan, Canadá.
Ecossistema	Floresta boreal
Contexto da avaliação	Avaliação de AVC para certificação FSC

A Área de Manejo Florestal Mistik (AMFM) cobre uma área de 1.8 milhões de hectares em Saskatchewan, Canadá[1]. Esta área é parte do extenso cinturão de floresta boreal do Canadá e, como Saskatchewan tem uma história relativamente curta de extração de madeira em larga escala, grande parte da área de manejo pode ser classificada como uma floresta intacta em escala da paisagem. Além disso, as práticas de silvicultura canadenses tradicionalmente utilizam uma estratégia de "filtro grosseiro" que visa preservar uma ampla gama de idades e tipos florestais encontradas naturalmente na paisagem. Estas paisagens de florestas naturais são mantidas, na sua maioria, por eventos naturais de distúrbios por fogo; e então, práticas de exploração madeireira sustentáveis procuram imitar os níveis naturais de distúrbio. De acordo com a interpretação nacional canadense de AVC, as práticas de extração de madeira incluem a proteção de "áreas núcleo de floresta", que são amplamente similares a grandes florestas em nível da paisagem e são consideradas **AVC 2.** Estas áreas núcleo de floresta são definidas como áreas de no mínimo 20 anos pós-corte, a pelo menos 500 m de uma característica cultural permanente e a pelo menos 500 m de áreas que foram exploradas dentro dos últimos 20 anos. Aproximadamente 50% da AMF Mistik é definida como floresta "núcleo"[1] que abriga populações viáveis da maioria das espécies nas suas condições naturais de distribuição e abundância.

Referências:

1 Clark, T. and Burkhardt, R. 2009. High Conservation Value Forest in the Mistik FMA Area, Version 1.4. *http://www.hcvnetwork.org/resources/assessments/Mistik%20HCVF%20vers%201.4%202008Ju7%20PDF-1.pdf*

3.3 AVC 3: Ecossistemas e hábitats

Ecossistemas, hábitats ou refúgios raros, ameaçados ou em perigo.

3.3.1 | Conceitos e termos chave

AVC 3 inclui ecossistemas, hábitats e refúgios de especial importância devido a sua raridade ou ao nível de ameaça que eles enfrentam, sua composição rara ou singular de espécies ou outra característica. Para definir ecossistemas raros, deve-se considerar a presença de ecossistemas similares na mesma região biogeográfica e/ou país. A dimensão, idade, estrutura e composição de espécies de um ecossistema pode também ser um critério importante. Por exemplo, um ecossistema que é comum em uma área ou país pode ser escasso e fragmentado (raro e ameaçado) em outro país.

Ecossistemas são um "complexo dinâmico de comunidades de plantas, animais e microrganismos e seu ambiente inanimado interagindo como uma unidade funcional"[21]. Uma abordagem prática é o uso da classificação de vegetação, que é facilmente reconhecível em campo, assim como em imagens de satélite, fotografias aéreas e outras imagens de sensoriamento remoto.

Hábitat é um local ou tipo de local onde as populações ou organismos ocorrem[22] (e é portanto essencial para o manejo em nível de espécies). Hábitats podem ser sinônimos de ecossistemas como definido acima, ou podem ser definidos em uma escala menor – ex.: alguns afloramentos rochosos são hábitats chave para plantas raras ou restritas dentro de um ecossistema florestal; e áreas alagadas sazonalmente são cruciais para algumas espécies de insetos em pradarias ou pastagens naturais. Hábitats definidos em escala local são geralmente muito pequenos para serem significativos em escala nacional ou mais ampla. O AVC 3 foca em prioridades de ecossistemas em um nível mais alto, o que torna os ecossistemas raros; habitats específicos para espécies chave devem ser considerados sob o AVC 1.

Refúgios. Há dois tipos de refúgios que podem abrigar um AVC (adicionalmente aos refúgios sazonais considerados como AVC 1):

- Refúgios ecológicos: áreas isoladas que estão abrigadas de mudanças atuais (ex.: ameaças humanas ou eventos climáticos) e onde plantas e animais típicos de uma região podem sobreviver; e
- Refúgios evolucionários: áreas onde certos tipos de organismos persistiram durante um período de eventos climáticos que reduziram grandemente as áreas habitáveis em outros lugares (ex.: glaciações). Tais refúgios frequentemente abrigam uma riqueza geral de espécies e um número significativo de espécies endêmicas.

Para fins de determinação da raridade e significância, a decisão deve ser baseada em uma unidade biogeográfica ou fisiográfica amplamente aceita - entre 10 e 100 milhões de hectares, ou em uma unidade política nacional ou regional, de unidade de tamanho similar, tais como as Ecorregiões do WWF ou classificações similares baseadas em padrões amplos e abrangentes de vegetação e diversidade biológica. Para definir um ecossistema raro, deve-se considerar a presença de ecossistemas similares na mesma região biogeográfica e/ou país. Por exemplo, na Indonésia, um ecossistema que perdeu 50% ou mais da sua extensão original em uma região bio-fisiográfica é considerado um AVC 3.

21 Princípios e Critérios FSC v 5.0
22 Idem.

Seriam qualificados como AVC 3:

Ecossistemas que são:

- Naturalmente raros devido a sua dependência de tipos de solo, localização, hidrologia ou outra característica física ou climática muito localizada; tais como alguns tipos de florestas em terrenos cársticos de calcário, inselbergues, florestas de montanha ou florestas ripárias em zonas áridas.
- Antropogenicamente raros, devido à extensão do ecossistema ter sido largamente reduzida pela atividade humana em comparação com sua extensão original, assim como pastagens naturais de áreas sazonalmente alagadas em solos ricos, ou florestas primárias fragmentadas em regiões onde quase todas as florestas primárias foram eliminadas.
- Ameaçados ou em perigo (ex.: em rápido declínio) devido às atividades atuais ou propostas.
- Classificados como ameaçados em um sistema nacional ou internacional (tal como a Lista Vermelha de Ecossistemas da IUCN[23]).

3.3.2 | Indicadores e fontes de dados

Indicadores

Gestores podem optar por presumir voluntariamente a presença do AVC 3 se certos indicadores estiverem presentes, por exemplo:

- Em regiões onde muitos ecossistemas ou hábitats naturais foram eliminados, e outros têm sido gravemente impactados pelo desenvolvimento, ecossistemas naturais remanescentes de qualidade razoável são prováveis AVC 3.
- Onde indicadores do ecossistema apontam a presença de ecossistemas RTE, mesmos se estes são inacessíveis ou não foram confirmados em campo.

Onde pouco se sabe sobre a composição de espécies do ecossistema, fatores biofísicos como solo e clima podem ser combinados para fornecer indicadores adequados das unidades vegetacionais. Em seguida, deve-se fazer uma avaliação de se os ecossistemas presentes são raros, ameaçados em ou perigo no contexto mais amplo.

Fonte de dados

Quando disponível, sistemas nacionais de classificação de ecossistemas e hábitats e sua raridade ou status de ameaça devem ser consultados. Uma análise de lacunas pode ser apropriada para determinar quais ecossistemas na Unidade de Manejo são escassos na região ou em áreas de proteção nacionais, os quais, portanto, mereceriam o status de AVC 3.

A IUCN está coordenando o desenvolvimento de uma Lista Vermelha de Ecossistemas. Esta lista refletirá o risco de extinção em nível local, regional ou global, usando as categorias de ameaças que já são utilizadas para espécies: Vulneráveis, Em Perigo e Criticamente em Perigo. Uma vez em operação, essa será uma importante fonte para países onde pouca ou nenhuma informação existe sobre priorização nacional de ecossistemas *(veja http://www.iucnredlistofecosystems.org/).*

23 www.iucnredlistofecosystems.org/

AVC 3

3.3.3 | Estudo de Caso
Ecossistemas e Hábitats

Local	Argentina
Ecossistema	Ecorregião dos pampas úmido e semiárido
Contexto da avaliação	Definição de prioridades de conservação

A Bacia do Prata abriga a principal área de campos naturais da América do Sul, que inclui a ecorregião dos Pampas Argentinos[1]. A área abriga uma comunidade única de espécies com aproximadamente 550 espécies de gramíneas e 500 espécies de aves, e algumas espécies têm alta adaptabilidade a condições áridas. O endemismo nestes campos naturais é baixo, mas a biodiversidade é alta[2]. Os campos naturais cobrem uma vasta área de 750.000 Km² ao longo da Bacia do Prata, mas tais áreas têm se tornado antropogenicamente raras devido ao aumento da pecuária e do cultivo de soja. Apenas cerca de 30% dos Pampas Argentinos permanecem em condições naturais ou seminaturais, e apenas 1% dos Pampas é formalmente protegido[2]. A WWF considera o status da ecorregião úmida e semiárida dos Pampas como Crítico/Em Perigo[3]. A velocidade da expansão agropecuária pelos Pampas nos últimos 40 anos significa que esta ecorregião, anteriormente com ampla distribuição, têm sido grandemente reduzida em tamanho. Portanto, pode-se qualificar este ecossistema ameaçado regionalmente ou nacionalmente dentro dos critérios de AVC 3.

Referências:
1 Michelson, A. 2008. TEMPERATE GRASSLANDS OF SOUTH AMERICA. Prepared for The World Temperate Grasslands Conservation Initiative Workshop Hohhot, China - June 8 & 29, 2008. *http://cmsdata.iucn.org/downloads/pastizales_templados_de_sudamerica.pdf*
2 Bilenca, D. and Miñarro F. 2004. Conservation strategy for the natural grasslands of Argentina, Uruguay and southern Brazil Phase II. Identification of Valuable Grasslands Areas (VGAs). *http://www.hcvnetwork.org/resources/folder.2006-09-29.6584228415/Valuable%20Grassland%20Areas%20Argentina.pdf*
3 *http://worldwildlife.org/ecoregions/nt0806, http://worldwildlife.org/ecoregions/nt0803*

3.4 AVC 4: Serviços ecossistêmicos

Serviços ecossistêmicos básicos em situações críticas, incluindo a proteção de mananciais e controle de erosão de solos vulneráveis e encostas.

3.4.1 | Conceitos e Termos chave

Serviços ecossistêmicos básicos

Serviços ecossistêmicos são os benefícios que pessoas obtém dos ecossistemas, incluindo os serviços de fornecimento, como alimento e água; serviços de regulação, como a regulação de enchentes, secas, degradação de terras e doenças; serviços de suporte, como formação de solos e ciclagem de nutrientes e serviços culturais como os recreativo, espiritual, religioso e outros benefícios não materiais[24]. Tais serviços básicos se tornam AVC 4 em situações críticas (veja abaixo).

Situações críticas

Um serviço ecossistêmico é crítico onde uma ruptura do serviço causa uma ameaça de impacto negativo severo, catastrófico ou cumulativo no bem estar, saúde ou sobrevivência de comunidades locais; no funcionamento de infraestruturas importantes (estradas, barragens, reservatórios, sistemas hidroelétricos, sistemas de irrigação, edifícios, etc.), ou outros AVCs.

O conceito de situação crítica se relaciona a:

- Casos onde a perda ou um grande dano a um serviço ecossistêmico causariam sérios prejuízos ou sofrimento para os beneficiários do serviço, tanto imediatamente quanto periodicamente (ex.: regulação do fornecimento de água durante períodos de seca), ou
- Casos onde não há alternativas viáveis, prontamente disponíveis ou economicamente factíveis (ex.: bombeamento e poços) que possam ser alternativas caso esses serviços falhem.

Pode ser útil pensar sobre o AVC 4 como serviços de suporte e regulação (veja tabela 2) em situações críticas. Serviços ecossistêmicos de fornecimento e culturais se sobrepõem mais diretamente com os AVCs 5 e 6, que serão tratados em mais detalhes nas próximas sessões.

Tabela 2: *Tipos de serviços ecossistêmicos – adaptado de Millenium Ecosystem Assessment (2005). Serviços de suporte e regulação contribuem para o AVC 4. Fornecimento do bem estar humano e meios de vida (AVC 5) e serviços ecossistêmicos culturais contribuem para a identidade cultural (AVC 6). Note que há sobreposições significativas entre alguns serviços, ex.: regulação do fluxo e purificação de água (AVC4) e fornecimento de água potável (AVC 5).*

TABELA 2: TIPOS DE SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS

AVC *(em situações críticas)*	SERVICIOS ECOSISTÉMICOS	EXEMPLOS DE SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS
AVC 4	SUPORTE E REGULAÇÃO	• Regulação de enchentes • Purificação da água • Regulação do clima • Controle de doenças • Recursos genéticos • Formação de solo • Ciclagem de nutrientes • Produção primária
AVC 5	ABASTECIMENTO, FORNECIMENTO	• Alimento • Água doce • Madeira e fibra • Combustível
AVC 6	CULTURAL	• Estético • Espiritual • Educacional • Recreacional

24 *Definición adaptada de la Evaluación de Ecosistemas del Milenio*

Na prática, muitas Interpretações Nacionais de AVCs (IN AVC) têm usado três principais tópicos sob AVC 4: áreas críticas para mananciais, áreas críticas para o controle de erosão e áreas que fornecem barreiras contra incêndios destrutivos. Mananciais críticos e proteção contra erosão são as formas mais amplamente reconhecidas de AVC 4, mas existem outras que são localmente importantes. Algumas IN AVC têm adicionado outros serviços ecossistêmicos críticos, tais como serviços de polinização na Indonésia e proteção contra ventos destrutivos em Gana.

Uma área pode ser considerada AVC 4 se ela fornece ou protege um desses serviços em uma situação crítica. Por exemplo, uma floresta pode fornecer a função de regulação do fluxo de água dentro de um manancial. Esse serviço pode ser considerado crítico quando pessoas são dependentes da água para beber ou irrigação, ou onde a regulação do fluxo de água garante a existência de locais de pesca ou terras para agricultura das quais as pessoas são dependentes. Da mesma forma, uma floresta pode fornecer uma função vital para a estabilização de encostas acima de assentamentos, ou, no curso superior de um rio utilizado para captação de água. Este serviço pode ser crítico quando distúrbios causados pelas operações levem a grave erosão do solo com impactos às propriedades das pessoas ou seus meios de vida. A preservação de campos naturais pode ser considerada essencial onde a perda de solo, em condições áridas, provavelmente levará a séria erosão e desertificação. Alguns sistemas de água doce são críticos por ajudar na purificação da água. Proteções críticas contra incêndios destrutivos são prováveis de ocorrer em áreas propensas a incêndios, as quais contêm ou estão adjacentes a assentamentos humanos, locais de importância cultural, áreas protegidas ou outros AVCs, e onde o ecossistema natural é uma barreira para o fogo. Nestes exemplos, o que determina o valor é a existência de pessoas que estão fazendo uso ou dependem do serviço ambiental.

Proteção de mananciais: o AVC 4 pode ser aplicado a regulação de rios e canais em mananciais naturais, onde estes suprimentos de água são críticos para uso humano, incluindo água potável, preparação de alimentos, higiene, irrigação e pesca; e não há alternativas viáveis ou prontamente disponíveis. Estes serviços podem ser interrompidos por práticas ruins, mesmo em locais de produção bem localizados; ex.: se uma unidade de manejo produz fontes pontuais ou não pontuais de poluição ou represamentos de canais. Praticamente todas as atividades na paisagem terrestre afetarão corpos d'água à jusante – a questão é o quanto e o quão distante.

Controle de erosão de solos vulneráveis e áreas de encostas: AVC 4 ocorre em áreas que contém tipos de vegetação natural, como florestas ou pastagens nativas, em boas condições que ajudam a prevenir erosão, deslizamentos de terra, sulcos e ravinas, tempestades de poeira e desertificação; onde tais eventos teriam um impacto crítico às pessoas ou ao meio ambiente. Tais impactos poderiam ser catastróficos (deslizamentos de terra) ou crônicos e difíceis de reverter (perda gradual da fertilidade do solo e produtividade da terra). Erosão superficial causa a perda da camada superficial do solo, o que leva a diminuição da produtividade da terra; em terras secas isto pode também causar tempestades de poeira, formação de dunas e desertificação. Deslizamentos de terras e ravinas reduzem a área de terras produtivas, causam danos à infraestrutura, põem vidas humanas em perigo, mudam as características hidrológicas de bacias hidrográficas e, aumentam a carga de sedimentos, causando assoreamento de corpos d'água e canais de irrigação. Isso é particularmente importante para comunidades de agricultores e pescadores e, para a biodiversidade de água doce e costeira.

Quadro 11: Porque Estoque de Carbono não é considerado um serviço de AVC 4

O estoque de carbono não se adequa particularmente bem com a forma como o AVC 4 é atualmente definido e interpretado: enquanto o estoque de carbono pode ser qualificado como um serviço básico da natureza, não tem a mesma conexão com as comunidades locais implícitas nos exemplos dados neste guia. Não se ajusta com a interpretação de "situação crítica", uma vez que qualquer tipo de cobertura vegetal conterá carbono. Muitas definições de padrões de organizações internacionais (CCBA, RSPO, RTRS, RSB e Bonsucro) têm, tanto discutido, como estabelecido, critérios relacionados à emissão de gases de efeito estufa na gestão do uso da terra e, algumas organizações têm iniciado a definição de Alto Estoque de Carbono como um assunto separado (não como AVC).

Muitos membros do FSC têm sugerido que florestas com Alto Estoque de Carbono e Paisagens Florestais Intactas deveriam ser classificadas como AVCs, especialmente para evitar o lançamento destes estoques de carbono, mas não há atualmente um consenso em como estes conceitos podem ser adequadamente incorporados dentro dos Princípios e Critérios.
Para ver mais sobre este tópico consulte:
http://www.hcvnetwork.org/resources/folder.2006-09-29.6584228415/HCV_and_carbon_executive_summary.pdf

Seriam qualificados como AVC 4:

Serviços ecossistêmicos, em situações críticas, relacionados a:

- A gestão do fluxo de eventos extremos, incluindo vegetação ripária de amortecimento ou planícies de inundação intactas.
- A manutenção de regimes de fluxo à jusante.
- A manutenção das características de qualidade da água.
- A proteção e prevenção contra incêndios.
- A proteção de solos vulneráveis, aquíferos e pescado.
- O fornecimento de água limpa, por exemplo, em locais onde comunidades dependem de rios e canais para água potável, ou onde os ecossistemas naturais desempenham um importante papel na estabilização de declives acentuados. Estes dois valores frequentemente ocorrem juntos e as áreas que fornecem os serviços críticos (fornecimento de água e controle de erosão) podem se sobrepor parcial ou completamente.
- A proteção contra ventos, regulação da umidade, precipitação e outros elementos climáticos.
- Os serviços de polinização; por exemplo, a polinização exclusivamente fornecidas por abelhas de plantações de subsistência de pequenos produtores nas terras altas do Quênia, ou nas plantações comerciais de Durian pelos morcegos no Sudeste Asiaático. Em ambos os casos, os polinizadores são dependentes da presença de hábitats florestais adequados e não sobrevivem em paisagens somente de agricultura

Áreas como:

- Florestas, áreas alagáveis e outros ecossistemas que fornecem barreiras contra incêndios destrutivos que poderiam ameaçar as comunidades, infraestrutura ou outros AVCs.
- Zonas de recarga de água subterrânea.
- Pradarias que fornecem amortecimento contra inundações e desertificação.

3.4.2 | Indicadores e fontes de dados

Indicadores

As seguintes situações podem indicar a presença de um provável AVC 4:

- Áreas rurais remotas e/ou pobres onde as pessoas dependem diretamente dos recursos naturais para suprir suas principais necessidades, incluindo o suprimento de água.
- Áreas à montante de extensas ou importantes áreas alagáveis, locais de reprodução ou desova de peixes ou ecossistemas costeiros sensíveis (ex: manguezais, recifes de coral, etc).
- Locais à montante de fontes de captação de água de municípios.
- Locais de declive acentuado ou áreas montanhosas, ou áreas de alta precipitação, onde o risco de erosão catastrófica é alto.
- Onde há uma fertilidade do solo naturalmente baixa, especialmente em solos arenosos, turfosos ou frágeis, onde o desmatamento, drenagem, o uso de maquinários pesados ou outro uso intensivo da terra possa afetar a estrutura e fertilidade do solo.
- Áreas áridas ou terras secas particularmente susceptíveis à erosão e desertificação.

Fontes de dados

- Informações de companhias de água (ex.: localização de barragens, infraestrutura, taxas de captação).
- Mapas de solo e vegetação para identificar áreas com risco de desertificação.
- Informações de doenças transmitidas por vetores que têm aumentado com a perda de hábitat florestal.
- Informação a respeito de questões de conectividade com relação à polinização.
- Mapas hidrológicos e topográficos.
- Mapas de solos com indicações de risco à erosão.
- Mapas de habitações humanas e infraestrutura (tais como as principais rotas de transporte, represas e reservatórios hidroelétricos, etc)
- Sistemas nacionais de identificação de bacias hidrográficas críticas (frequentemente parte da regulação nacional de florestas).
- Legislação nacional da regulação das áreas de mananciais e perturbação em declives acentuados.
- Projeto Capital Natural *http://www.naturalcapitalproject.org/about.html*

Identificação de serviços e situações críticos requer consultas com partes interessadas locais, que podem ser diretamente afetadas, e com outros que podem ter informações locais ou especializadas; incluindo autoridades locais, geógrafos e hidrólogos. O avaliador ou gestor deveria considerar se as regulações relevantes e os guias de proteção de encostas e cursos de água estão sendo observados e se há alguma área de maior declividade ou manancial que são particularmente significativas para a população local. É também necessário considerar se as atuais regulações e restrições para estas áreas efetivamente protegem seu valor de conservação. Este é um julgamento difícil que pode significar um manejo que vai além dos requerimentos legais. A opinião de especialistas deve ser solicitada, e as consultas realizadas antes de tomada a decisão final da presença deste valor.

AVC 4

3.4.3 | Estudo de Caso
Serviços ecossistêmicos

Local	Sul de Portugal
Ecossistema	Montados - matas de sobreiro e azinheiros e mananciais
Contexto da avaliação	Avaliação regional de AVC para priorização de conservação

As matas de sobreiro e azinheiro (montados) são sistemas silvipastoris que cobrem cerca de um milhão de hectares na Espanha e Portugal. Elas produzem sustentavelmente cortiça, em muitos casos são certificados pelo FSC, e também abrigam alta biodiversidade. Embora sejam bem conhecidas pelaserviço de abastecimento da produção de cortiça, são menos conhecidas pelos seus outros serviços ecossistêmicos. No entanto, uma avaliação de AVC pelo WWF mostrou que a proteção da bacia hidrográfica e a prevenção da erosão do solo[1] poderiam ser tão valiosas quanto a produção de cortiça. A proteção da bacia hidrográfica fornecida pelos Montados é especialmente importante na região do Mediterrâneo, onde a água pode ser sazonalmente escassa. Na bacia do Rio Tejo-Sado, a sub-bacia do baixo Tejo contém muitos aquíferos chave, incluindo o aquífero da Margem Esquerda que fornece água para as populações urbanas e industriais dos distritos de Santarém e Setúbal. A área onde está localizado o aquífero da Margem Esquerda contém 36% de toda a floresta de azinheiros, e esses estão localizados principalmente nos locais de média e alta recarga do aquífero. Crucialmente, a recarga do aquífero da Margem Esquerda é altamente dependente da infiltração de água e precipitação atmosférica que acredita-se serem facilitadas pela cobertura de árvores e manejo do ecossistema de Montados. Os Montados na Bacia do Baixo Tejo qualificam-se como **AVC 4** porque são cruciais para a recarga do aquífero e qualidade da água.

Referências:

1 Branco, O. et al. 2010. Hotspot areas for biodiversity and ecosystem services in montados. WWF Mediterranean - Portugal. *http://awsassets.panda.org/downloads/habeas_report2010.pdf*

3.5 AVC 5: Necessidades das comunidades

Locais e recursos **fundamentais para satisfazer as necessidades básicas** de comunidades locais ou populações indígenas (ex.: para meios de vida, saúde, nutrição, água), **identificados através do diálogo com estas comunidades ou populações indígenas.**

AVC 5 refere-se aos locais e recursos que são fundamentais para satisfazer as necessidades básicas das populações locais. O papel da avaliação de AVC é caracterizar o nível de dependência e fornecer recomendações de manejo para saber como mitigar os impactos negativos nos meios de vida das populações locais.

3.5.1 | Conceitos e Termos chave

Fundamental para satisfazer necessidades básicas

Um local ou recurso é fundamental para satisfazer as necessidades básicas se os serviços fornecidos são insubstituíveis (ex.: se alternativas não estão prontamente acessíveis), e se sua perda ou dano causaria sério sofrimento ou prejuízo as partes interessadas afetadas. Necessidades básicas no contexto do AVC 5 podem cobrir qualquer e todo serviço ecossistêmico de fornecimento (ver tabela 2) incluindo materiais tangíveis que podem ser consumidos, trocados ou usados diretamente em manufaturas e que formam as bases da vida diária.

O nível de dependência dos recursos no AVC 5 pode-se alterar rapidamente devido a mudanças na área, como a criação ou reparo de uma estrada, melhoria da infraestrutura de comunicação ou a chegada de migrantes. **É importante garantir que os recursos do AVC 5 não são abruptamente restringidos sem um plano de transição com alternativas sustentáveis, identificadas usando métodos participativos, e idealmente com um processo completo de Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC).** Mesmo onde o FPIC é obtido, os gestores precisam de uma perspectiva de longo prazo para garantir que as mudanças nas necessidades das comunidades estão previstas.

Onde são asseguradas áreas insuficientes para as necessidades básicas, as comunidades podem se sentir obrigadas a fazer uso de outras áreas e recursos, pondo assim em risco outros AVCs ou investimentos. Em tais casos, os *trade-offs* (a relação de perdas e ganhos) entre diferentes AVCs precisam ser gerenciados através de consultas as partes interessadas e análises de custo-benefício (considerando os vários riscos, custos e benefícios sociais, ambientais e econômicos). Onde o uso dos recursos da comunidade é extrativista, e em particular se o uso pode afetar AVCs de biodiversidade, como espécies ameaçadas; os assessores devem reunir dados sobre a história e tradição do dos recursos e seus usos, o status no passado e no presente e as prováveis tendências, para ajudar a avaliar a sustentabilidade presente e futura das atividades.

Identificado através do diálogo com comunidades e populações indígenas

Comunidades locais e/ou populações indígenas devem ter um papel central na proposição e identificação de potenciais AVCs através de um processo participativo. Ao avaliar locais e recursos como AVC 5 é necessário consultar amplamente e garantir que mapeamentos participativos e levantamentos sociais incluem representantes de grupos minoritários, vulneráveis e marginalizados. Comunidades locais precisam ser envolvidas no processo de consulta e concordar com as decisões através de um processo FPIC. Isso significa que qualquer decisão ou consentimento derivado deve ser feito sem coerção ou intimidação, com todas as informações relevantes fornecidas e anteriormente a qualquer atividade ou operação danosa. Além de consultas locais, especialistas, autoridades locais e ONGs podem fornecer informações e contexto valioso.

A importância de recursos naturais para comunidades locais pode ser caracterizada pela intensidade, duração e qualidade do uso e legitimidade das reinvindicações. A identificação e manutenção de um local ou recurso de AVC 5 deve ser apenas um dos elementos de uma abordagem para gestão responsável da terra calcada em direitos, incluindo avaliações de impacto, processos de consulta e negociação apropriados.

Quadro 12: Considerações sobre agricultura e pastagens

Na medida em que o foco do conceito de AVC muda para os valores (veja Anexo 1), a questão de agricultores deve ser reavaliada. A maior parte das comunidades rurais requer terras para agricultura e pastagem; a prática de agricultura de subsistência para muitas comunidades rurais pobres é um claro caso de necessidade básica. Portanto, há quem proponha incluir a agricultura (especialmente a de subsistência) e o futuro valor produtivo de bancos de terras como serviço de fornecimento no AVC 5. O status de AVC exigiria que terras agricultáveis essenciais fossem protegidas da conversão para outras plantações, por exemplo, se tal produção é essencial para salvaguardar necessidades básicas das comunidades. É importante incluir as necessidades básicas derivadas da agricultura no escopo das avaliações de AVC, pois é provável que um quadro incompleto das atividades humanas diminuaa validade das recomendações, tanto para proteger as comunidades afetadas, como os ecossistemas na paisagem. No entanto, o conceito de AVC não foi desenhado originalmente para abordar serviços de fornecimento que dependem ou derivam do desmatamento de ecossistemas naturais, e a inclusão de terras agrícolas ou bancos de terras como AVC 5 poderia resultar em consequências indesejadas, como a redução da proteção contra o desmatamento de ecossistemas naturais e criar conflitos entre os objetivos de diferentes AVCs (ex.: valor da biodiversidade em face do valor da conversão de de florestas naturais). Até que esta questão seja resolvida por futuros trabalhos, é recomendado que em toda avaliação de AVC, uma atenção especial seja dada à questão da agricultura de subsistência e os impactos na segurança alimentar.

Sistemas de agricultura tradicionais que mantém a biodiversidade associada podem se qualificar como AVC, mas isso deve ser determinado caso a caso.

Seriam qualificados como AVC 5:

... se determinados como fundamentais para satisfazer necessidades básicas

- Áreas de caça e captura (para carne, couro e peles).
- PFNMs como castanhas e amêndoas, frutos, cogumelos, plantas medicinais e cipós.
- Combustível para cozinhar, iluminar e aquecer o lar.
- Peixe (como fonte essencial de proteínas) e outras espécies aquáticas das quais as comunidades locais dependam.
- Materiais de construção (vigas, cobertura para telhados - palha, fibras, etc., madeira).
- Forragem para gado e pastagem sazonal.
- Recursos d'água necessários para água potável e higiene.
- Itens que são permutados na troca por outros bens essenciais, ou vendidos por dinheiro para compra de produtos essenciais como medicamentos e roupas ou para pagar por educação.

3.5.2 | Indicadores e fonte de dados

Indicadores

O AVC 5 é provavelmente mais importante em áreas onde comunidades inteiras ou porções significativas são bastante dependentes dos seus ecossistemas para seus meios de vida e onde há limitadas alternativas viáveis. Em geral, se as populações locais tiram proveito de ecossistemas naturais ou tradicionalmente manejados, o AVC 5 pode estar presente.

Os itens a seguir indicam uma alta probabilidade do AVC 5 estar presente em uma área:

- Acesso a centros de saúde ou hospitais é difícil.
- A maior parte das residências e utensílios domésticos é feita de materiais naturais disponíveis localmente.
- Há pouca ou nenhuma infraestrutura elétrica e de água.
- As pessoas têm baixa capacidade de acumular riqueza (vivendo um dia de cada vez).
- Agricultura e pecuária são realizados em pequena escala ou escala de subsistência.
- Caçadores-coletores indígenas estão presentes.
- Há a presença de pastores nômades ou permanentes.
- Caça e/ou pesca são uma importante fonte de proteína e renda[25].
- Um recurso alimentar selvagem (natural) constitui uma parte significativa da dieta, ao longo do ano ou durante estações críticas.

Caça

Em áreas onde algumas pessoas dependem exclusivamente da caça ou onde a maior parte das pessoas caçam ocasionalmente ou sazonalmente para suplementar suas dietas e rendas, há a probabilidade do AVC 5 (i.e. fornecimento essencial de proteína animal). Todavia, a caça entra frequentemente em conflito com a conservação da biodiversidade (coleta de espécies alvo de forma insustentável, caça de espécies ameaçadas), e/ou pode envolver práticas ilegais tais como matar espécies protegidas, usar métodos proibidos, caçar em locais proibidos ou durante períodos não permitidos. Na tentativa de determinar se a caça é fundamental para satisfazer as necessidades básicas, os assessores têm tentado considerar se o nível da caça é de subsistência ou comercial; mas isso é difícil de distinguir na prática, e em qualquer caso pode não ser sustentável. A tabela a seguir fornece exemplos de como reconhecer quando a caça pode fornecer necessidades básicas para populações locais. Gestores precisam manter e/ou aumentar o AVC (neste caso o serviço de fornecimento de proteína), mas devem também desencorajar a caça ou captura ilegal e insustentável de espécies protegidas. Isso pode exigir regulação e controle das taxas de caça. Na prática, deve haver negociação (idealmente através de FPIC) sobre a redução do acesso aos recursos e a transição para fontes alternativas de renda e proteína.

25 *Isso não se refere à caça comercial, mas sim a caça em pequena escala por meio da qual as pessoas obtêm dinheiro para necessidades básicas, como óleo para cozinhar, sal, remédios, pagar por educação, etc.*

Tabela 3: Exemplos de como distinguir diferentes tipos de sistemas de caça; isso é especialmente relevante para caça de animais silvestres em muitas regiões dos trópicos.

TABELA 3: TIPOS DE SISTEMAS DE CAÇA	
CAÇA COSTUMEIRA *(probabilidade de AVC 5)*	**CAÇA COMERCIAL/EXTRATIVISTA** *(AVC 5 geralmente ausente)*
• Caçadores têm direitos costumeiros sobre certos territórios. • As pessoas consomem uma parte da sua coleta, trocam uma porção por produtos básicos (ex. farinha, bananas, óleo de cozinha) e podem também vender alguma ou a maior parte das coletas a fim de comprar produtos básicos (óleo de cozinha, sal, parafina/querosene) ou pagar por serviços básicos (educação, medicamentos). • Carne é consumida, trocada e vendida localmente. • Povos indígenas vivem na floresta em acampamentos temporários de caça, rodando ao longo de um território de caça durante o ano • Criações de animais são bastante raras, ou são raramente consumidos. Ao invés disso são usados em casos de emergência financeira, dotes, etc...	• Caçadores podem negociar o acesso aos territórios de caça e usar guias locais, mas eles não têm direitos costumeiros às áreas de caça. • Quantidades maiores de carne são transportadas por grandes distâncias para venda por dinheiro à vista. • Existe uma cadeia comercial de caça e comercialização de determinadas faunas silvestres: coletores locais, coletores/comerciantes de grandes cidades (i.e. rede comercial).

Fonte de dados

Fontes de informações valiosas incluem:

- Avaliações socioeconômicas realizadas na área.
- Consultas com organizações relevantes que trabalham no desenvolvimento comunitário com as comunidades em questão (ou outras comunidades similares nas áreas).
- Levantamentos de comunidades relevantes, para determinar sua interação com as áreas avaliadas e os produtos e serviços do ecossistema que elas usam.
- Estudos do uso de recursos naturais e meios de vida, realizados por ONGs de conservação e desenvolvimento, agências locais e nacionais, etc.
- Trabalhos antropológicos sobre a dieta e atividades de subsistência.

As ferramentas ou métodos usados dependerão de muitos fatores, incluindo a escala do risco e impactos potenciais, o orçamento da avaliação e tempo disponível. A seguir encontram-se algumas ferramentas que podem ser usadas ou adaptadas na avaliação.

- **Mapeamento participativo** pode ser usado para mapear as formas atuais e históricas do uso da terra, a extensão dos direitos, diferentes áreas de manejo costumeiro e uso de recursos.
- **Levantamentos participativos e transectos de campo** podem ser usados para identificar elementos chave na paisagem que são básicos para os meios de vida.
- **Estudos socioeconômicos** sobre fontes de renda doméstica, dieta, práticas de caça, etc, fornecem informações contextuais sobre o motivo de um elemento particular da paisagem ser essencial para o bem estar humano.
- **Calendários sazonais** ajudam a identificar mudanças de acordo com estações ou períodos e circunstâncias, tais como sazonalidade de forrageamento e usos de hábitat, padrões migratórios de animais ligados a suas estratégias de meios de vida ao longo do ano.
- **Definição de riqueza e exercícios de hierarquização**
- **Avaliação rural participativa (ARP):** ajuda a reunir dados qualitativos das pessoas que mais conhecem sobre seus próprios meios de vida (pessoas locais). A ARP geralmente cobre algumas das ferramentas mencionadas acima.

Os assessores necessitarão coletar ou revisar informações sobre recursos naturais usados pelas comunidades (alimentos, materiais de construção, lenha, medicamentos, etc.), o nível de dependência da comunidade com relação a estes recursos e as áreas usadas. **Da mesma forma como acontece com todos métodos de avaliação de AVC, o custo dos vários métodos deve ser apropriado ao tamanho e risco das operações.** Pequenos proprietários de terra ou operações de baixo impacto provavelmente vão precisar de menores investimentos em métodos de avaliação social do que uma plantação de palma de escala industrial e dezenas de milhares de hectares, por exemplo. Recomenda-se fortemente, mas não é necessariamente obrigatório, que uma organização independente seja usada para desenvolver os levantamentos sociais, pois a independência ao proprietário ou gestor da produção pode ser necessária para facilitar discussões abertas.

Quadro 13: Consentimento Livre, Prévio e Informado (FPIC)

O direito ao FPIC incluem o direito de populações indígenas e comunidades locais de dar, suspender ou retirar consentimento àquelas atividades que podem afetar seus direitos. Guias sobre o uso de FPIC foram preparados para FSC, RSPO e atividades de mudança climática (REDD+), e estes documentos (veja abaixo) devem ser consultados para uma explanação completa do processo. No caso dos AVCs 5 & 6, o FPIC pode ser usado para identificar valores junto a pessoas locais e considerar os impactos positivos e negativos que o projeto pode ter. Neste momento, as pessoas locais devem ser informadas sobre como o projeto de desenvolvimento proposto pode impactar o uso dos seus recursos, e podem decidir se estão ou não interessados em se dialogar com a empresa e negociar mudanças no acesso a esses valores. Por exemplo, no caso onde porções significativas de territórios de caça podem ser desmatadas para agricultura, comunidades locais necessitariam decidir se as alternativas (ex.: criação de animais ou peixes e emprego na companhia) são formas aceitáveis de compensação. Um processo completo de FPIC pode levar desde semanas a meses, dependendo do número de comunidades envolvidas e da escala do impacto. Gestores podem precisar fazer uma identificação e avaliação provisória de AVCs 5 e 6, baseada nas informações disponíveis e pendente de um processo completo de consulta ou negociações FPIC.

Referências sobre FPIC:

Free, Prior and Informed Consent and Oil Palm Plantations: a guide for companies. October 2008. RSPO and Forest Peoples Programme. *http://www.rspo.org/files/resource_centre/FPIC%20and%20the%20RSPO%20a%20guide%20for%20companies%20Oct%2008%20(2).pdf*

Free, Prior, Informed Consent and REDD+: Guidelines and resources. WWF Working paper October 2011. *http://wwf.panda.org/?203189/Free-Prior-Informed-Consent--REDD-Guidelines-and-Resources*

FSC guidelines for the implementation of the right to free, prior and informed consent (FPIC). Version 1, 30 October 2012. *https://ic.fsc.org/guides-manuals.343.htm*

AVC 5

3.5.3 | Estudo de Caso
Necessidades das comunidades

A produção de matéria prima para biocombustíveis para energia renovável está prevista para aumentar nos próximos anos. Este estudo de caso foca na avaliação de AVC para uma potencial produção de cana de açúcar em Moçambique[1]. A avaliação foi conduzida para tentar definir as melhores práticas para a avaliação de AVC neste contexto. A Província de Cabo Delgado em Moçambique é um mosaico de paisagens de agricultura, assim como algumas áreas de floresta secundária e outras áreas de floresta menos perturbadas.. Há uma quantidade de vilarejos dentro dos limites do local, e levantamentos sociais revelaram que todas as comunidades dentro de 3-5 km das áreas de florestas ou matas são fortemente dependentes de recursos naturais destas áreas. Os recursos incluem materiais para construção, carne e lenha. Para todas as comunidades, estas são as únicas fontes disponíveis destes produtos. Em muitos casos, a água estava também sendo transportada até aproximadamente 3 Km das áreas alagadas para vilarejos sem bombas de água. A dependência destas comunidades com relação aos recursos florestais destas áreas de florestas e áreas alagadas classifica-se como **AVC 5**.

Sitio	Província de Cabo Delgado, Moçambique
Ecossistema	Um mosaico de paisagens de agricultura, floresta, matas e áreas alagadas.
Contexto da avaliação	Teste de campo para a avaliação de AVC para plantações de cana de açúcar em larga escala

Referencias:

1. Proforest. 2009. An assessment of potential High Conservation Values within Cabo Delgado Province, Mozambique. *http://www.hcvnetwork.org/resources/assessments/Mozambique%20HCV%20Cabo%20Delgado%20report%20final%20v1.1.pdf*

3.6 AVC 6: Valores culturais

Áreas, recursos, habitats e paisagens de especial significado cultural, arqueológico ou histórico em nível global ou nacional, e/ou de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa/sagrada crítica para a cultura tradicional de comunidades locais, populações indígenas ou populações tradicionais, identificadas em cooperação com estas comunidades ou populações.

3.6.1 | Termos e conceitos chave

A definição de AVC 6 é extremamente ampla e é útil dividi-la em duas categorias diferentes: valores culturais de significância nacional ou global, e valores críticos para populações locais, em escala localizada.

Valores de significância nacional ou global

Locais, recursos, hábitats ou paisagens que são significativas em escala nacional ou global provavelmente tem amplo reconhecimento e importância histórica, religiosa ou espiritual e em muitos casos tem uma designação oficial pelos governos nacionais ou por agências internacionais como a UNESCO – veja quadro 14 abaixo. Ocasionalmente, novos locais ou recursos de extraordinária significância cultural podem ser descobertos através da exploração de novos locais para desenvolvimento (ex.: antigos locais de sepultamento ou arte rupestre pré-histórica); estes podem ser qualificados como AVC 6 baseado na opinião de especialistas e partes interessadas, sem uma designação oficial.

Quadro 14: Paisagens Culturais da UNESCO

Em 1992 a Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO se tornou o primeiro instrumento legal internacional a reconhecer e proteger paisagens culturais. A UNESCO reconhece que paisagens culturais representam “a combinação de trabalhos da natureza e do homem”. Elas são ilustrativas da evolução e estabelecimento da sociedade humana através do tempo, sob a influência de restrições físicas e/ou oportunidades apresentadas pelos ambientes naturais e de sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto externas como internas.

As paisagens culturais da UNESCO dividem-se em três categorias principais, quais sejam:

- **Paisagens claramente definidas e criadas intencionalmente pelo homem:** isso engloba paisagens de jardins e parques construídos por razões estéticas e que são frequentemente associadas a construções religiosas ou outros monumentos e conjuntos arquitetônicos.
- **Paisagens que evoluíram organicamente:** são fruto de uma exigência inicial - social, econômica, administrativa, e/ou religiosa e que alcançou sua presente forma em associação com seu ambiente natural e em resposta ao mesmo.
- **Paisagens de associação cultural:** a inclusão de tais paisagens na Lista de Patrimônio Mundial é justificada pelo mérito da poderosa associação religiosa, artística, cultural dos elementos naturais, mais do que evidências culturais materiais, que podem ser insignificantes ou mesmo ausentes.

Importância crítica para a cultura tradicional de comunidades locais ou populações indígenas

O AVC 6 representa áreas de significância cultural que têm importância tradicional para populações locais ou indígenas. Estas podem ser locais religiosos ou sagrados, cemitérios ou locais onde cerimônias tradicionais ocorrem. São frequentemente bem conhecidos pelas populações locais e algumas leis nacionais exigem que sejam identificadas e protegidas. O avaliador deve considerar se tais leis são suficientes para proteger as áreas ou locais.

Seriam qualificados como AVC 6:

- Locais reconhecidos em políticas ou legislação nacional por ter alto valor cultural.
- Locais com designação oficial pelos governos nacionais e/ou uma agência internacional como a UNESCO.
- Locais com reconhecidos e importantes valores históricos ou culturais, mesmo se permanecem não protegidos pela legislação.
- Locais religiosos ou sagrados, cemitérios ou locais onde cerimônias tradicionais são realizadas e que têm importância para populações locais ou indígenas.
- Recursos animais ou vegetais com valor totêmico ou usados em cerimônias tradicionais.

3.6.2 | Indicadores e fontes de dados

Indicadores

Fontes de dados

Global e nacional

- Locais de Patrimônio Mundial da UNESCO
- Museus, listas de patrimônios, bancos de dados nacionais, autoridades e qualquer organização especializada em determinada área geográfica ou cultura.
- Diretivas nacionais a respeito de locais e recursos arqueológicos.
- Consultas com antropólogos, historiadores, arqueólogos, museus e bancos de dados para identificação de “locais de significância nacional ou global”.

Quadro 15: Valores econômicos no AVC 6

As questões econômicas mais críticas se enquadram no AVC 5 (i.e. uso extrativista de recursos naturais para propósitos de subsistência). Entretanto, o AVC 6 inclui situações onde valores econômicos, espirituais ou culturais estão fortemente ligados; ex.: onde a renda básica das comunidades locais está relacionada aos locais e recursos culturais. Tal renda pode derivar de pagamentos em gênero(ex: “oferendas”) ou em espécie para atividades culturalmente importantes (ex: cerimônias religiosas); de turismo para locais de importância cultural (onde as comunidades são criticamente dependentes desse turismo); ou da coleta e venda de produtos naturais de importância cultural (ex: ervas ou raízes religiosas ou mágicas, etc), quando tais produtos são de importância crítica para a cultura tradicional das comunidades afetadas.

No entanto, o AVC 6 não inclui a extração em escala comercial e venda de recursos naturais com ressonância cultural, onde a ligação com a identidade cultural tradicional foi quebrada (ex.: muitos objetos “tradicionais” mas produzidos em massa, esculpidos em ossos e chifres). Também devem ser tomados cuidados para garantir que a designação do AVC 6 não crie conflitos com leis nacionais e internacionais (ex: coleta de espécies protegidas para propósitos místicos ou religiosos).

Local

O AVC 6 deve ser identificado através do diálogo com as comunidades locais e populações indígenas. Muitos dos métodos e fontes de informação usados para o AVC 5, tais como mapeamento participativo e consultas, serão úteis. Certos locais e recursos qualificam-se como AVC 6 mesmo se aqueles para os quais os recursos de valores culturais são importantes não vivem no local (por exemplo, onde comunidades mantém atividades culturais como rituais ligados a áreas habitadas por seus ancestrais, ou realizam peregrinações para locais sagrados distantes das suas casas); portanto, é importante identificar todas as comunidades afetadas, não apenas aquelas imediatamente adjacentes aos locais ou recursos, com especial atenção aos grupos com menor poder e influência.

Consultas participativas devem ser realizadas com todas as comunidades e assentamentos humanos afetados, com especial atenção para populações indígenas afetadas. Situações onde há clara evidência de um acordo comunitário (acordo por consenso, pela maioria ou por representantes legítimos) de que certos locais ou recursos são culturalmente significativos ou críticos para eles, apresentarão forte justificativa para o AVC 6. Consultas deste tipo devem ser realizadas com pessoas apropriadas, uma vez que são frequentemente pessoas específicas que possuem este tipo de conhecimento especializado (ex.: xamãs, pajés, anciãos). Outro desafio é que informações culturais como estas podem ser secretas e portanto pode ser difícil obter informações precisas. Para algumas comunidades, a localização de locais sagrados é secreta, tornando o mapeamento um desafio maior. A escolha dos métodos é importante, pois nem sempre pode ser culturalmente apropriado fazer fotos e vídeos, por exemplo. É também importante entender qualquer possível sensibilidade ou risco envolvido com o compartilhamento de mapas de posse costumeira. Por isso é importante estabelecer uma relação de confiança com as pessoas locais e trabalhar com especialistas sociais, como antropólogos, se possível.

AVC 6

3.6.3 | Estudo de Caso
Valores culturais

Local	Subdistrito de Tumbang Titi, Distrito de Ketapang, Província de Kalimantan Oeste, Indonésia.
Ecossistema	Floresta tropical no oeste de Kalimantan, Indonésia.
Contexto da avaliação	Avaliação de AVC para desenvolvimento de plantação de palma.

A maior parte do subdistrito de Tumbang Titi é habitada por comunidades Pesaguan Dayak, que vivem ao longo do Rio Pesaguan. Uma característica cultural única da comunidade Pesaguan Dayak na área é que ela constrói dohas como parte do seu modo de vida.

Dohas (ou pedohasan) são pequenos assentamentos, geralmente habitados por quatro a seis famílias ou chefes de família, que são geralmente construídos próximos ou nos locais de agricultura da comunidade. As dohas são construídas para facilitar as atividades agrícolas, incluindo a manutenção dos campos (geralmente arrozais secos), devido aos campos estarem localizados a alguma distância dos assentamentos principais. As Dohas são locais importantes para a identidade cultural dos Pesaguan Dayak, simbolizando tanto a vida como a morte. A vida, através da plantação de seringueiras, campos de arroz e a manutenção de pomares. Todas estas atividades agrícolas são conduzidas utilizando as dohas como centro para os tratos culturais, coletas e colheitas. Os agricultores ficam desde alguns dias a semanas nas dohas para garantir que o campo de produção está seguro de qualquer distúrbio. A morte, porque as dohas são também usadas como locais de sepultamento das famílias.

Devido as dohas serem cultural e espiritualmente importantes, elas permanecem protegidas mesmo se estiverem inabitáveis há tempo. Quando estes locais não são tratados adequadamente de acordo com a tradição da comunidade dos Dayak, ocorrem algumas cerimônias que são realizadas para a sua manutenção. Devido a sua importância, as dohas antigas e abandonadas ainda são respeitadas como um sinal de propriedade sobre os campos (ex: seringais e pomares) pelas pessoas da linhagem familiar que primeiramente estabeleceram as dohas.

Cada vila em Tumbang Titi tem lugares que são considerados sagrados, contendo valores espirituais que são reconhecidos e respeitados pela comunidade, devido a isso, as Dohas são consideradas **AVC 6.**

A seção 4 fornece uma visão geral dos elementos chave que devem ser incluídos em relatórios de avaliação de AVCs de boa qualidade. É baseada em documentos usados pela Rede de Recursos de AVC (HCV Resource Network) quando são conduzidas peer reviews (revisões técnicas por pares) de relatórios de avaliação de AVCs.

4 Preparação dos relatórios de avaliação de AVC

A HCVRN orienta como preparar relatórios de AVC de boa qualidade. Os principais elementos desta orientação estão resumidos abaixo. Note que os padrões de sustentabilidade, tais como RSPO, têm formatos de relatórios específicos para resumos públicos de relatórios de AVC. O formato apropriado que deve ser seguido depende do contexto da avalição. As seções relevantes deste guia são referenciadas abaixo para ajudar a explicar o que é esperado em termos de conteúdo e qualidade de um relatório de AVC.

1. Sumário executivo

2. Escopo da avaliação

a. A área de avaliação e paisagens do entorno estão claramente definidas? (veja 2.3)

b. Há um resumo básico da empresa e das suas operações na área?

c. Os potenciais impactos e escala das operações propostas estão adequadamente descritos (veja 2.1)?

d. Ocorreu exploração de qualquer tipo (especialmente desmatamento) previamente à avaliação, e se ocorreu, como tais áreas são tratadas?

e. O objetivo da avaliação de AVC está claro?

3. Contexto mais amplo da paisagem e significância da área avaliada (veja 2.3 e 3.1)

a. As principais características sociais e biológicas da paisagem estão claramente descritas? Tais características incluem:

- Áreas protegidas
- Biogeografia regional ou sub-regional (a área de avaliação é parte de uma região biogeográfica distinta e/ou estritamente restrita)?
- Localização e status das áreas de vegetação natural (incluindo a descrição dos tipos de ecossistemas, tamanho, qualidade).
- Ocorrência de conhecidas populações de espécies de interesse global.
- Principais acidentes geográficos, bacias hidrográficas e rios, geologia e solos.
- Assentamentos humanos, infraestrutura e áreas de agricultura.
- Contexto social (etnias, principais tendências sociais e atividades de uso da terra).
- Histórico e tendências do uso da terra, incluindo planos futuros (ex: mapas de planejamento espacial, iniciativas de desenvolvimento, explorações comerciais existentes/propostas e licenças de produção).

4. Processo de avaliação de AVC

4.1. Composição e qualificação da equipe de avaliação (veja 2)

a. O time possui ou teve acesso adequado a especialistas relevantes para avaliar valores biológicos e sociais?

4.2. Fontes de dados e metodologias de reunião de dados (veja 2.4)

a. As fontes de dados e metodologias de reunião de dados estão claramente descritas ou referenciadas e resumidas (e presentes em anexo se apropriado), e elas são adequadas para identificar os AVCs? Essa seção deve cobrir:

- Dados secundários e pesquisa documental e contextual
- Dados de campo, se houver.

b. Foram feitos esforços razoáveis para preencher lacunas nos dados, proporcionalmente aos impactos e escala das operações?

- Evidências de que partes interessadas relevantes foram apropriadamente consultadas.

- Isso está documentado de uma forma verificável?
- As informações e opiniões que eles forneceram foram incorporadas dentro do processo relevante?
- As conclusões foram devolvidas aos consultados de uma forma apropriada?

c. As iniciativas existentes foram envolvidas sempre que possível (incluindo iniciativas sociais e de conservação ecológica e biológica – locais ou internacionais,)?

5. Identificação, localização e status de cada AVC (veja 3)

5.1 Abordando todos os seis AVCs

a. Todos os seis AVCs foram abordados no relatório?

b. Se um ou mais AVCs não foi abordado, há uma justificativa adequada para isso?

5.2. Qualidade dos dados

a. Os dados são detalhados, recentes e completos o suficiente para se fazer decisões adequadas da presença/status/localização dos AVCs?

b. A abordagem da precaução foi utilizada?

5.3. Referências às interpretações nacionais de AVCs (veja 1.3.3)

a. Se existente, a interpretação nacional de AVCs foi utilizada, em conjunto com o guia geral de AVC?

b. As decisões de aplicação das definições/limiares da interpretação nacional, ou desvios destas recomendações, foram adequadamente explicadas e justificadas?

5.4. Decisão sobre o status do AVC

a. O AVC está presente, potencialmente presente ou ausente na área avaliada?

b. A presença do AVC foi considerada dentro de um contexto mais amplo da paisagem e também em escala nacional, regional e global?

c. O AVC foi claramente definido e descrito?

5.5. Mapeamento

Mapas de ocorrência de AVC devem ser apresentados em uma escala adequada de resolução e suficientemente completos para tomada de decisões de gestão. Se a ocorrência de AVC não está mapeada a este nível, deve haver uma boa justificativa do motivo e um processo adequado deve ser definido para mapeamento dos AVCs, anteriormente ao início de qualquer operação.

6 Manejo e monitoramento de AVCs (veja 1.2.2 e 1.2.3)

A identificação dos AVCs é apenas parte do processo – qualquer utilização significativa da abordagem de AVC inclui o delineamento de regimes de manejo apropriados para manter os valores identificados e a implementação de procedimentos de monitoramento para verificar se as ações de manejo são adequadas ao propósito. Este guia foca na identificação dos AVCs, mas um guia geral sobre o manejo e monitoramento de AVCs será produzido pela HCVRN no princípio de 2014. Neste meio tempo, há vários recursos disponíveis no site da HCVRN :
http://www.hcvnetwork.org/resources/folder.2006-09-29.6584228415/resources/folder.2006-09-29.6584228415/background-documents#managing-hcvs

Para exemplos de relatórios de AVC, ver
http://www.hcvnetwork.org/resources/assessments/projects

Para informações detalhadas sobre peer reviews (avaliações técnicas por pares) dos relatórios de avaliação de AVC, veja:
http://www.hcvnetwork.org/resource-network/our-services/technical-panel-peer-review

5 Referências

Bowyer, C., G. Tucker, H. By & D. Baldock. 2010. Operationalising criteria to protect highly biodiverse grasslands under the Renewable Energy Directive (2009/28/EC), Institute for European Environmental Policy: London.

FSC. 2012 (October). Global FSC certificates: type and distribution.
https://ic.fsc.org/facts-figures.19.htm

FSC Principles & Criteria v. 5.0 (2012) and FSC Principles & Criteria v. 4.0 (2002)
https://ic.fsc.org/principles-and-criteria.34.htm

HCVRN. 2010 (September). Reviewing High Conservation Value reports: HCV Resource Network guidance for peer reviews of HCV assessment reports - Version 2.1.
http://www.hcvnetwork.org/resources/hcv-network-governance/Guidance%20on%20HCV%20assessment%20reviews%20-%20Version%202.1-%20updated%20September%202010.pdf

Millennium Ecosystem Assessment. 2005. Hassan, R., Scholes R., and A. Neville, eds. Ecosystems and human well-being: current state and trends, volume 1, chapter 2: Analytical approaches for assessing ecosystem condition and human well-being. Island Press: London.

Proforest. 2008a (July). Good practice guidelines for High Conservation Value assessments: A practical guide for practitioners and auditors.
http://www.hcvnetwork.org/resources/folder.2006-09-29.6584228415/HCV%20good%20practice%20-%20guidance%20for%20practitioners.pdf

Proforest. 2008b (April). Assessment, management and monitoring of High Conservation Value Forest: A practical guide for forest managers.
http://www.hcvnetwork.org/resources/folder.2006-09-29.6584228415/hcvf%20-%20practical%20guide%20for%20forest%20managers.pdf

Proforest. No date. Defining High Conservation Values at the national level: a practical guide. Part 2, HCV Global Toolkit.
http://www.hcvnetwork.org/resources/global-hcv-toolkits/hcvf-toolkit-part-2-final.pdf

Proforest. 2003. Jennings, S., R. Nussbaum, N. Judd and T. Evans with: T. Azevedo, N. Brown, M. Colchester, T. Iacobelli, J. Jarvie, A. Lindhe, T. Synnott, C. Vallejos, A. Yaroshenko and Z. Chunquan. 2003 (December). The High Conservation Value Forest Toolkit.
http://www.hcvnetwork.org/resources/global-hcv-toolkits/hcvf-toolkit-part-1-final.pdf

Synnott, T. with M. Colchester, N. Dudley, N. Ghaffar, A. Gough, D. Hall, A. Lindhe, D.R. Muhtaman, J. Palmer, R. Robertson, G. Rosoman, C. Stewart, C. Thies and M. Tyschianouk. 2012 (June). FSC guidelines for principle 9 and high conservation values. Forest Stewardship Council.

Anexo 1

Evolução da definição de AVC

Glossário do Padrão FSC V 4.0 (2002):

Florestas de Alto Valor de Conservação: Florestas de Alto Valor de Conservação são aquelas que possuem um ou mais dos seguintes atributos:

a. Áreas florestais que contém concentrações de valores globalmente, regionalmente ou nacionalmente significativos de biodiversidade (ex: endemismo, espécies ameaçadas, refúgios); e/ou grandes florestas em nível da paisagem, contidas, ou contendo uma unidade de manejo, onde populações viáveis da maioria, se não de todas as espécies de ocorrência natural, existem em padrões naturais de distribuição e abundância.
b. Áreas de florestas contidas ou que contém ecossistemas raros, ameaçados ou em perigo.
c. Áreas de florestas que fornecem serviços básicos da natureza em situações críticas (ex.: proteção de bacias hidrográficas, controle de erosão).
d. Áreas de floresta fundamentais para atender necessidades básicas das comunidades locais (ex: subsistência, saúde) e/ou críticas para a identidade cultural tradicional das comunidades (áreas de significância cultural, ecológica, econômica ou religiosa identificadas em cooperação com tais comunidades).

Em **2003, o Proforest** converteu os 4 atributos acima do Glossário do Padrão FSC V 4.0 em 6 categorias de AVC (veja definição na tabela abaixo). Isso foi elaborado no **HCV Toolkits** *http://www.hcvnetwork.org/resources/global-hcv-toolkits*

Em 2005, o **Estatuto da Rede de Recursos de AVC (HCV Resource Network Charter)** reconheceu que estes valores aplicam-se a todas as paisagens e retirou o termo “floresta” da definição. O Estatuto da Rede de Recursos de AVC de 2005 define AVCs como:

Áreas de Alto Valor de Conservação são áreas críticas em uma paisagem que precisam ser adequadamente manejadas a fim de manter ou aumentar os Altos Valores de Conservação (AVCs). Existem seis tipos principais de áreas de AVC, baseadas na definição original desenvolvida pelo Forest Stewardshio Council (FSC) para certificação de ecossistemas florestais.

Mais recentemente, o **FSC V 5.0 (2012)** juntamente com a HCV Resource Network mudaram o foco de áreas para valores, tal como refletido na versão atualizada das definições.

	PROFOREST TOOLKIT (2003)	DEFINIÇÕES DA HCV RESOURCE NETWORK (2005)	PADRÃO FSC V 5.0 (2012)
AVC 1	Áreas florestais que contém concentrações globalmente, regionalmente ou nacionalmente significativas de valores de biodiversidade (ex: endemismo, espécies ameaçadas, refúgios).	Área que contém concentrações globalmente, regionalmente ou nacionalmente significativas de valores de biodiversidade (ex: endemismo, espécies ameaçadas, refúgios).	Concentrações de diversidade biológica incluindo espécies endêmicas, raras, ameaçadas ou em perigo, que são significativas em nível global, regional e nacional.
AVC 2	Áreas florestais que contém grandes áreas florestais em nível da paisagem globalmente, regionalmente ou nacionalmente significativas contidas, ou contendo uma unidade de manejo, onde populações viáveis da maioria, se não de todas as espécies de ocorrência natural, existem em padrões naturais de distribuição e abundância.	Grandes áreas em nível da paisagem global, regional ou nacionalmente significativas onde populações viáveis da maioria, se não de todas as espécies de ocorrência natural, existem em padrões naturais de distribuição e abundância.	Grandes ecossistemas e mosaicos de ecossistemas em nível da paisagem que são significativos em nível global, regional ou nacional, e que contém populações viáveis da grande maioria das espécies que ocorrem naturalmente em padrões naturais de distribuição e abundância.
AVC 3	Áreas florestais contidas em, ou que contém ecossistemas raros, ameaçados ou em perigo.	Áreas contidas em, ou que contém ecossistemas raros, ameaçados ou em perigo.	Ecossistemas, hábitats ou refúgios raros, ameaçados ou em perigo.
AVC 4	Áreas florestais que fornecem serviços básicos da natureza em situações críticas (ex: proteção de bacias hidrográficas, controle de erosão).	Áreas que fornecem serviços ecossistêmicos básicos em situações críticas (ex: proteção de bacias hidrográficas, controle de erosão).	Serviços ecossistêmicos básicos em situações críticas, incluindo a proteção de mananciais e controle de erosão de solos vulneráveis e encostas.
AVC 5	Áreas florestais fundamentais para atender necessidades básicas das comunidades locais (ex: subsistência, saúde).	Áreas fundamentais para atender necessidades básicas das comunidades locais (ex: subsistência, saúde).	Locais e recursos fundamentais para satisfazer as necessidades básicas de comunidades locais ou povos indígenas (para os meios de vida, saúde, nutrição, água, etc), identificadas através do diálogo com estas comunidades ou povos indígenas.
AVC 6	Áreas florestais críticas para a identidade cultural tradicional de comunidades locais (áreas de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa identificadas em cooperação com tais comunidades locais).	Áreas críticas para a identidade cultural tradicional de comunidades locais (áreas de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa identificadas em cooperação com tais comunidades locais).	Áreas, recursos, habitats e paisagens de especial significado cultural, arqueológico ou histórico em nível global ou nacional, e/ou de importância cultural, ecológica, econômica ou religiosa/sagrada crítica para a cultura tradicional de comunidades locais, populações indígenas ou populações tradicionais, identificadas em cooperação com estas comunidades ou populações.

Anexo 2

AVCs em campos naturais[1]

Matriz para AVCs em campos naturais

A maior parte da experiência até então tem focado na aplicação dos AVCs em florestas e existe muito material explicativo para ajudar. O conhecimento de AVC para campos naturais e sistemas de água doce é muito menos desenvolvido; por essa razão alguns detalhes adicionais são fornecidos aqui, resumindo como AVCs podem ser aplicados nestes ecossistemas. *(Dudley, N. 2013. High Conservation Value Grasslands: Draft paper on defining HCV in grassland ecosystems. Equilibrium Research).*

TERMOS CHAVE – INTERPRETAÇÃO PARA CAMPOS NATURAIS	INDICADORES	FONTE DE DADOS/ABORDAGEM
AVC 1 CONCENTRAÇÕES GLOBAL, REGIONAL OU NACIONALMENTE SIGNIFICATIVAS DE BIODIVERSIDADE EM CAMPOS NATURAIS		
Espécies raras, ameaçadas ou em perigo (RTE)	• Presença de espécies RTE (muitas espécies RTE, uma população substancial de uma espécie RTE, refúgios). • Presença de áreas protegidas reconhecidas. • Campos naturais não protegidos identificados como IPAs ou KBAs.	• Listas Vermelhas globais ou nacionais (“vulneráveis” ou acima), AZE, fontes de informação local, Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (WDPA). • Lista de KBAs ou equivalente (ex: Áreas Importantes para Aves).
Espécies endêmicas	• Presença de endemismo (em nível de uma ecoregião ou país) ou espécies de distribuição muito restrita. • Presença de áreas protegidas reconhecidas. • Campos naturais não protegidos identificados como IPAs ou KBAs.	• Listas de Áreas de Endemismo de Aves, informações locais. • WDPA
Concentrações e uso temporário crítico (ex: para migração)	• Rotas migratórias de mamíferos ou rotas de voo de aves e insetos. • Presença de áreas protegidas reconhecidas. • Campos naturais não protegidos identificados como IPAs ou KBAs.	• Dados regionais sobre rotas migratórias e de voo da Birdlife International, Convenção sobre espécies migratórias, etc. • WDPA
AVC 2 GRANDES CAMPOS NATURAIS EM ESCALA DA PAISAGEM, GLOBAL, REGIONAL OU NACIONALMENTE SIGNIFICATIVOS.		
Grandes campos naturais e mosaicos de campos naturais, principalmente nativos e/ou estabelecidos há muito tempo que contém a grande maioria das espécies esperadas.	• De grande dimensão > 50.000 ha, embora o valor precise ser definido regionalmente. • Composição predominante de espécies nativas. • Continuidade na sua história ecológica.	• Mapas, levantamentos, imagens de satélite. • Levantamento de espécies. • Extensão do tempo em que os campos têm tido um padrão de perturbaçãocomum (seja natural ou com manejo humano há muito estabelecido).
AVC 3 ÁREAS DE CAMPOS NATURAIS QUE PERTENCEM A, OU QUE CONTÉM ECOSSISTEMAS RAROS, AMEAÇADOS OU EM PERIGO		
Ecossistemas de campos naturais que são raros, ameaçados ou em perigo.	• Presença de ecossistemas de campos naturais raros: incluindo tanto ecossistemas naturalmente raros, como aqueles que são raros devido à conversão e degradação.	• Eventualmente, a Lista Vermelha de Ecossistemas Em Perigo. Neste meio tempo, informações de planejamentos sistemáticos de conservação e opinião de especialistas.
Remanescentes de ecossistemas ou hábitats dentro de campos naturais modificados.	• Presença de ecossistemas raros dentro dos campos naturais (ex: fragmentos de campos nativos em uma área predominantemente convertida; lagos, canais ou outras áreas aquáticas, matas riparias ou de galeria).	• Levantamentos de campo. • Imagens de satélite. • Revisão da literatura.
AVC 4 SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS BÁSICOS EM SITUAÇÕES CRÍTICAS		
Campos naturais críticos para mananciais e aquíferos	• Campos naturais nativos que fornecem um papel de filtragem e purificação para a recarga de aquíferos e/ou mananciais.	• Informações de autoridades da gestão da água. • Levantamentos hidrológicos.
Campos naturais críticos para o controle de erosão e desertificação	• Vegetação nativa que ajuda a prevenir a erosão, deslizamentos de terra, ravinas, tempestades de poeira e desertificação.	• Levantamentos topográficos, levantamentos de solo, uso de imagens de satélite.

TERMOS CHAVE – INTERPRETAÇÃO PARA CAMPOS NATURAIS	INDICADORES	FONTE DE DADOS/ABORDAGEM
AVC 4 SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS BÁSICOS EM SITUAÇÕES CRÍTICAS		
Campos naturais que fornecem amortecimento contra enchentes	• Áreas de campos naturais úmidos, sazonalmente inundados que podem absorver fluxos repentinos de inundações.	• Levantamentos hidrológicos, consultas com autoridades de gestão da água, agricultores, mapas e imagens de satélite.
Campos naturais que fornecem hábitats críticos para espécies polinizadoras.	• Populações saudáveis de animais polinizadores (abelhas, borboletas, besouros, vespas, mariposas, algumas aves, etc.	• Levantamentos de campo.
AVC 5 ÁREAS E VALORES DOS CAMPOS NATURAIS FUNDAMENTAIS PARA SATISFAZER AS NECESSIDADES BÁSICAS DAS COMUNIDADES LOCAIS		
Campos naturais que fornecem pastagens permanentes ou sazonais para comunidades e/ou povos indígenas	• Presença de pastores nômades ou permanentes.	• Entrevistas, levantamentos.
Campos naturais que fornecem produtos silvestres (caça, plantas alimentícias, pasto para animais, medicamentos, materiais, etc.)	• Evidências de uso regular ou crítico esporádico dos recursos dos campos naturais.	• Entrevistas, levantamentos.
AVC 6 ÁREAS OU VALORES DOS CAMPOS NATURAIS CRÍTICOS PARA A IDENTIDADE CULTURAL		
Campos naturais que mantém estilos de vida tradicionais importantes e valores de subsistência que dependem do ecossistema	• Comunidades tradicionais com estilos de vida dependentes de um hábitat particular dos campos naturais.	• Entrevistas, levantamentos.
Campos naturais onde o sistema de manejo tradicional, por ele mesmo, tem um valor cultural mais além das comunidades que os utilizam.	• Existência de um sistema de manejo culturalmente significativo (ex: valores culturais que transcendem questões de meio de vida ou subsistência).	• Presença de locais naturais e culturais do Patrimônio Mundial, reservas da biosfera do programa MAB ou outras designações nacionais ou regionais. • Entrevistas, levantamentos.
Campos naturais onde o sistema de manejo tradicional, por ele mesmo, tem um valor cultural mais além das comunidades que os utilizam.	• Presença de locais ou paisagens sagradas.	• Entrevistas, levantamentos.
Campos naturais importantes para a identidade cultural nacional	• Presença de locais ou paisagens emblemáticas, icônicas.	• Presença de locais naturais do Patrimônio Mundial, reservas da biosfera do programa MAB ou outras designações nacionais ou regionais. • Entrevistas, levantamentos.

Nota: em um grande número de casos (se não na maioria deles), os elementos podem ser aplicados tanto a campos“naturais”, quanto “culturais”; embora algumas vezes possa ser difícil a distinção entre ambos. Sistemas de manejo cultural podem, por eles mesmos, algumas vezes conter AVCs, e isso é indicado no AVC 6 acima.

[1] **Nota da tradução** o termo grassland foi aqui traduzido como campos naturais. Há outros possíveis termos em português como: pradarias, prado, pastagens naturais, campos, chaco ou mesmo pastagens. Refere-se a uma extensa área, em geral plana, coberta naturalmente por gramíneas. No Brasil, as áreas mais importantes são os pampas gaúchos, os chacos do Bioma Pantanal, as estepes do cerrado e algumas áreas de **campos naturais** ou campinas de areia da Amazônia. Geralmente este termo é traduzido somente como pastagens. Nós preferimos usar aqui campos naturais por ser mais amplo e para evitar a associação direta com pastagens utilizadas para gado.

Anexo 3

AVCs em sistemas de água doce

AVCs em matrizes de água doce

A maior parte da experiência até então tem focado na aplicação em florestas, e muito material explicativo já existe para ajudar. O conhecimento de AVC para campos naturais e água doce é muito menos desenvolvido; por essa razão alguns detalhes adicionais são fornecidos aqui, resumindo como os AVCs podem ser aplicados nestes ecossistemas. *(Adaptado de Abell, R., S. Morgan, e A. Morgan. 2013. Taking HCV from forests to freshwaters. Em preparação).*

TERMOS CHAVE – INTERPRETAÇÃO PARA ÁGUA DOCE	EXEMPLOS	FONTES DE DADOS/ABORDAGEM[1]
AVC 1 CONCENTRAÇÕES GLOBAL, REGIONAL OU NACIONALMENTE SIGNIFICATIVAS DE BIODIVERSIDADE		
Espécies raras, ameaçadas ou em perigo (RTE)	• Presença de espécies RTE dependentes de água doce[2] para todo ou parte do seu ciclo de vida (muitas espécies RTE, uma população substancial de uma espécie RTE, refúgioS). • Presença de áreas protegidas reconhecidas, designadas em todo ou em parte para conservação de hábitats ou espécies RTE aquáticos. • Áreas aquáticas não protegidas identificados como KBAs ou equivalente.	• Listas Vermelhas globais ou nacionais (“vulneráveis” ou acima) • Banco de Dados Mundial sobre Áreas Protegidas (WDPA) (Nota: Áreas Ramsar estão incluídas em WDPA, mas algumas estão representadas apenas por coordenadas geográficas centrais. As planilhas de Informação do Ramsar devem ser consultadas para informações detalhadas sobre as espécies). • Base de dados nacionais de rios protegidos por serem selvagens/cênicos/de patrimônio. • Lista de KBAs ou equivalente (ex: Áreas Importantes para Aves, Áreas importantes para Plantas). (Nota: KBAs para áreas aquáticas não foram formalmente identificadas para a maior parte das geografias). • Fontes de informação local, revisão da literatura, e conhecimento de especialistas, incluindo aportes de exercícios de planejamento de conservação. • Levantamentos de campo.
Espécies endêmicas de água doce	• Presença de espécies endêmicas (em nível de uma ecoregião ou país) ou espécies de água doce de distribuição muito restrita. • Presença de áreas protegidas reconhecidas, designadas em todo ou em parte para conservação de hábitats ou espécies RTE aquáticos.Hábitats e ecossistemas de água doce não protegidos identificados como KBAs ou equivalentes.	• Áreas AZE (NOTA: áreas AZE não foram identificadas para invertebrados ou peixes de água doce). • Listas de espécies endêmicas em nível nacional ou de estado/província. • FishBase (Nota: As listas de espécies endêmicas são fornecidas apenas em nível de país/ilhas). • Ecoregiões de Água Doce do Mundo (FEOW) (NOTA: Espécies endêmicas de peixes para ecoregiões específicas disponível por solicitação). • Wildfinder para mamíferos, aves, anfíbios e répteis dependentes de água doce. • BioFresh (http://www2.freshwaterbiodiversity.eu/) (NOTE: o portal de dados está em construção). • WDPA. • Base de dados nacionais de rios protegidos por serem selvagens/cênicos/de patrimônio. • Lista de KBAs ou equivalente. • Fontes de informação local, revisão da literatura, e conhecimento de especialistas, incluindo aportes de exercícios de planos de conservação. • Levantamentos de campo.

1 *Quase todos os conjuntos de dados em nível global e nacional fornecerão informações sobre o que pode ocorrer em uma dada área de avaliação, mas na maioria dos casos, não podem ser usados isoladamente para determinar o que ocorrer de fato em uma dada localização.*

2 *Para o propósito deste documento, “água doce” é um sinônimo de “áreas interiores úmidas ou alagáveis” como definido pelo ‘Sistema de classificação para Tipos de Áreas Úmidas’ da convenção de Ramsar.*

TERMOS CHAVE – INTERPRETAÇÃO PARA ÁGUA DOCE	EXEMPLOS	FONTES DE DADOS/ABORDAGEM[1]
AVC 1 CONCENTRAÇÕES GLOBAL, REGIONAL OU NACIONALMENTE SIGNIFICATIVAS DE BIODIVERSIDADE		
Áreas de uso temporal crítico, incluindo refúgios de correntes ou refúgios termais, áreas de reprodução/desova, berçário, migração, alimentação ou de inverno.	• Rotas migratórias ou críticas para dispersão de peixes, aves aquáticas, mamíferos/anfíbios/répteis dependentes de hábitats aquáticos ou invertebrados aquáticos (ex: planícies de inundação, lagoas marginais, corredores de canais de rios). • Presença de áreas protegidas reconhecidas, designadas em todo ou em parte para conservação de hábitats ou espécies RTE aquáticos. • Áreas aquáticas não protegidas identificados como IBAs, IPAs ou KBAs.	• Dados regionais sobre rotas migratórias da Birdlife International, Convenção sobre espécies migratórias, etc. • Mapas locais ou nacionais de planícies de inundação, lagoas marginais e outras áreas úmidas temporárias, nascentes, etc. • Lista de KBAs ou equivalente. • Fontes de informação local, revisão da literatura, e conhecimento de especialistas, incluindo aportes de exercícios de planos de conservação. (NOTA: alguns mamíferos/aves "terrestres" dependem de corredores ripários/planícies de inundação como corredores de migração/dispersão. • Levantamentos de campo e imagens de satélite.
AVC 2 GRANDES ECOSSISTEMAS E MOSAICOS EM ESCALA DA PAISAGEM E PAISAGENS FLORESTAIS INTACTAS SIGNIFICATIVOS GLOBALMENTE, REGIONALMENTE OU NACIONALMENTE		
Sistemas de água doce com padrões hidrológicos intactos	• Rios com regimes hidrológicos naturais. • Lagos e áreas alagáveis com regimes hídricos naturais.	• WDPA e Planilhas de Informação Ramsar. • Base de dados nacionais de rios protegidos por serem selvagens/cênicos/de patrimônio. • Fontes de informação local, revisão da literatura, e conhecimento de especialistas (em hidrologia, em especial), incluindo aportes de exercícios de planos de conservação. • Levantamentos de campo.
Sistemas de água doce sem fragmentação longitudinal.	• Rios sem barreiras à montante/jusante que impeçam ciclos completos das espécies.	• WDPA e Planilhas de Informação Ramsar. • Base de dados nacionais de rios protegidos por serem selvagens/cênicos/de patrimônio. • Mapas do Global Water Systems Project. • Fontes de informação local, revisão da literatura, e conhecimento de especialistas, incluindo aportes de exercícios de planos de conservação. • Levantamentos de campo e imagens de satélite.
Sistemas de água doce sem fragmentação lateral	• Canais de rios não alterados com conexão dinâmica com as planícies de inundação	• WDPA e Planilhas de Informação Ramsar. • Base de dados nacionais de rios protegidos por serem selvagens/cênicos/de patrimônio. • Fontes de informação local, revisão da literatura, e conhecimento de especialistas (em hidrologia, em especial), incluindo aportes de exercícios de planos de conservação. • Levantamentos de campo e imagens de satélite.
Sistemas de água doce com qualidade da água em condições naturais	• Regimes termais, de sedimentos e de nutrientes inalterados	• WDPA e Planilhas de Informação Ramsar. • Fontes de informação local, revisão da literatura, e conhecimento de especialistas, incluindo aportes de exercícios de planos de conservação. • Levantamentos de campo e imagens de satélite.
Bacias hidrográficas ou áreas de captação relativamente intactas	• Conversão de cobertura da terra abaixo de limiares preocupantes	• HydroSHEDs ou conjunto de dados hidrográficos nacionais/locais equivalentes, aliado a dados de uso e cobertura da terra. • WDPA. • Mapas do Global Water Systems Project. • Imagens de satélite.
Sistemas de água doce com comunidades biológicas nativas intactas	• Lagos, rios e áreas alagáveis sem espécies invasoras.	• Fontes de informação local, revisão da literatura, e conhecimento de especialistas, incluindo aportes de exercícios de planos de conservação. • Levantamentos de campo.

TERMOS CHAVE – INTERPRETAÇÃO PARA ÁGUA DOCE	EXEMPLOS	FONTES DE DADOS/ABORDAGEM[1]
AVC 3 ECOSSISTEMAS RAROS, AMEAÇADOS OU EM PERIGO		
Ecossistemas de água doce raros, ameaçados ou em perigo	• Ex: sistemas cársticos, turfeiras.	• Fontes de informação local, revisão da literatura, e conhecimento de especialistas, incluindo aportes de exercícios de planos de conservação. • Levantamentos de campo e imagens de satélite.
AVC 4 SERVIÇOS ECOSSISTÊMICOS BÁSICOS EM SITUAÇÕES CRÍTICAS		
Bacias hidrográficas/ mananciais críticos para o manejo/manutenção de eventos de fluxo extremo (ex: inundação, seca).	• Planícies de inundação e outras áreas alagáveis. • Nascentes.	• Mapas locais ou nacionais de planícies de inundação, ou nascentes. • Fontes de informação local, revisão da literatura, e conhecimento de especialistas, incluindo aportes de exercícios de planos de conservação. • Levantamentos de campo e imagens de satélite.
Faixas vegetadas de amortecimento ou planícies de inundação intactas	• Florestas riparias. • Planícies de inundação sem diques .	• Mapas locais ou nacionais de planícies de inundação, ou zonas ripárias. • Fontes de informação local, revisão da literatura, e conhecimento de especialistas, incluindo aportes de exercícios de planos de conservação. • Levantamentos de campo e imagens de satélite.
Zonas de recarga de água subterrânea	• Áreas com efeito crítico para recarga dos aquíferos usados para água potável. • Áreas com efeito crítico para recarga de aquíferos que fornece água para sistemas de água doce que por sua vez fornecem serviços adicionais (ex: pesca).	• Mapas locais ou nacionais de zonas de recarga de aquíferos. • Fontes de informação local, revisão da literatura, e conhecimento de especialistas, incluindo aportes de exercícios de planos de conservação. • Levantamentos de campo e imagens de satélite.
Bacias hidrográficas mananciais críticos para manter o regime de fluxo à jusante	• Depósitos de água (áreas com nível de água elevado)	• HydroSHEDs ou conjunto de dados hidrográficos locais/nacionais equivalentes, aliado aos melhores dados hidrológicos disponíveis. • RIOS Projeto de Capital Natural (Sistema de Otimização do Investimento de Recursos) ou ferramentas similares. • Fontes de informação local, revisão da literatura, e conhecimento de especialistas, incluindo aportes de exercícios de planos de conservação. • Levantamentos de campo e imagens de satélite.
Bacias hidrográficas ou mananciais críticos para manter as características de qualidade da água	• Áreas vegetadas à montante de sistemas críticos de abastecimento de água	• RIOS Projeto de Capital Natural (Sistema de Otimização do Investimento de Recursos) ou ferramentas similares. • Fontes de informação local, revisão da literatura, e conhecimento de especialistas, incluindo aportes de exercícios de planos de conservação. • Levantamentos de campo e imagens de satélite.
AVC 5 NECESSIDADES BÁSICAS DAS COMUNIDADES LOCAIS		
Locais e recursos fundamentais para satisfazer as necessidades básicas das comunidades locais	• Fontes de água necessárias para o acesso à água potável e necessidades básicas de higiene. • Populações de animais e plantas de água doce das quais as comunidades locais dependem.	• Fontes de informação local, revisão da literatura, e conhecimento de especialistas. • Levantamentos e entrevistas com comunidades. • Levantamentos de campo.
AVC 6 VALORES CULTURAIS		
Locais e recursos de importância cultural crítica	• Corpos d'água com significativa importância cultural ou religiosa (ex: lagos, cachoeiras). • Produtos de água doce com valores culturais.	• Levantamentos e entrevistas com comunidades. • Estudos antropológicos.

Anexo 4

Crédito de imagens

Todas as imagens, diagramas e mapas são propriedade do Proforest© salvo indicação contrária.

Descrição da imagem	Crédito da imagem	Nº da página
Tigre de Sumatra	Brian McKay	26
Estudo de caso AVC 1 Rio Rajong Sarawak (Bornéu), Malásia	Chris Elliott	29
Estudo de caso AVC 1 Orangotango de Bornéu e Macaco-narigudo	Alain Compost	29
Estudo de caso AVC 2 Floresta Boreal de Saskatchewan, Canadá	Tom Clark	33
Estudo de caso AVC 3 FVSA - Veado dos pampas na Baía Samborombón	Fernando Miñarro	36
Estudo de caso AVC 4 Desfiladeiro do Rio Guardiana, Portugal	Hartmut Jungius	41
Estudo de caso AVC 4 Sobreiros (*Quercus suber*), Eucaliptos e Pinheiros nos montados. Monchique, região de Algarve, Portugal.	Claire Doole	41
Estudo de caso AVC 4 Paisagem de “Montados”, Portugal	Sebastian Rich	41
Estudo de caso AVC 6 Dohas de Kalimantan Oeste, Indonésia	Dwi Rahmad Muhtaman	51